

**IESB PREVE - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE BAURU**

**Curso de graduação em Administração de Empresas com ênfase em Comércio Exterior**

**PATRICIA CORRÊA MARTINS**

**RICARDO TETSUO SHINODA**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

**Repercussão na Econômica Brasileira**

**BAURU**

**2010**

**PATRICIA CORRÊA MARTINS**

**RICARDO TETSUO SHINODA**

## **DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

### **Repercussão na Economia Brasileira**

**Trabalho de Conclusão de Curso encaminhado ao Instituto de Ensino Superior de Bauru como um dos requisitos para conclusão do Curso de Administração de Empresas com Ênfase em Comércio Exterior e obtenção do grau acadêmico de Bacharel em Comércio Exterior.**

**Orientador: Prof. Esp. Edson Spósito.**

**Co-orientador: Prof. Esp. Thiago Farias.**

**BAURU**

**2010**

**PATRICIA CORRÊA MARTINS**

**RICARDO TETSUO SHINODA**

## **DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

### **Repercussão na Economia Brasileira**

**Trabalho de Conclusão de Curso encaminhado ao Instituto de Ensino Superior de Bauru como um dos requisitos para conclusão do Curso de Administração de Empresas com Ênfase em Comércio Exterior e obtenção do grau acadêmico de Bacharel em Comércio Exterior.**

**Bauru, ..... de ..... 2010**

**Orientador:**

---

**Prof. Esp. Edson Spósito – Docente do IESB**

**Membros:**

---

**Prof. Esp. Maurício G. de Moura – Docente do IESB**

---

**Prof. Esp. Ricardo Fahl – Docente do IESB**

*Dedico este trabalho:*

*A Deus.*

*A minha família, em especial aos meus pais, pois sem eles não seria possível a realização deste e outros sonhos.*

*Ao meu namorado Murillo de Dio, que esteve comigo em grande parte desta trajetória me apoiando e aconselhando.*

*As minhas companheiras de trabalho Solange Farache e Rubia Campos que tiveram grande participação na realização desta conquista.*

*Patrícia Corrêa Martins*

*Dedico este trabalho:*

*A Deus por tornar esse objetivo possível.*

*À minha família, por me incentivarem nessa conquista.*

*A todos os que de alguma forma contribuíram para realização deste sonho.*

*Ricardo Tetsuo Shinoda*

## *AGRADECIMENTOS*

### *Agradecemos:*

*Ao Instituto de Ensino Superior de Bauru, assim como seus colaboradores, pela estrutura e competência que nos foi oferecido durante esses quatro anos de trabalho; temos a mais plena certeza que cada um deles dedicou um pouco do melhor de si para colaborar conosco.*

*Ao Professor Danilo Da Cás, por toda sua orientação na metodologia científica.*

*Ao Professor e co-orientador Thiago Farias, pelo carinho, amizade e dedicação; principalmente pela força que o mesmo nos deu para escolha do tema e desenvolvimento deste trabalho.*

*Ao Professor e Orientador Edson Spósito, por todo seu tempo e empenho dedicado em nos orientar neste trabalho, pois cada crítica e conselho foi responsável pelo sucesso e qualidade do mesmo. Obrigado por acreditar em nossa capacidade e não desistir da gente!*

*A todos nossos colegas de turma e até mesmo aqueles que não fazem parte do mesmo curso, mas que de alguma forma fizeram a diferença não só em nosso trabalho de conclusão, mas em nossas vidas compartilhando experiências e opiniões.*

*“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; se não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar e as críticas nos auxiliam a crescer”.*

*Chico Xavier*

## RESUMO

Este trabalho visa explicar uma breve história, aspectos e princípios da industrialização no âmbito global e brasileiro. Fazendo breves resumos e comentários sobre os principais conceitos e acontecimentos da Revolução Industrial. O objetivo principal é estabelecer uma relação entre os temas de processo industrial x desindustrialização. Tema que se tornou cada vez mais relevante e discutido entre estudiosos, profissionais ligados a área e sociedade em geral, por se tratar de um assunto que impacta diretamente na situação e qualidade de vida. Pois uma vez comprovado que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização, podemos atrelar alguns problemas sociais, como o desemprego e falta de investimentos privados e públicos.

**Palavras-chave:** Industrialização. Globalização. Economia. Desindustrialização.

## **ABSTRACT**

This paper aims to explain about the history, principle and aspects of industrialization in Brazil and globally. Making brief summaries and commentaries on key concepts and events of the industrial revolution. The main objective is to establish a relationship between the themes of industrial process x deindustrialization. Subject that has become increasingly relevant and discussed among scholars professionals working the area and society in general because it is an issue that directly impacts the location and quality of life. For once harness some social problems such as unemployment and lack of private and public investment.

**Key-words:** Industrialization. Globalization. Economy. Deindustrialization.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	16
2.2 Aspectos históricos.....	16
2.3 Tipos de indústria.....	18
3 GLOBALIZAÇÃO.....	20
3.1 Efeitos da globalização.....	23
3.2 Liberalização comercial.....	23
3.3 Privatização.....	24
3.4 Estabilidade macroeconômica.....	26
3.5 Vantagens da globalização.....	26
4 TERCEIRIZAÇÃO COMO FENÔMENO.....	27
4.1 Aspectos históricos da terceirização.....	27
4.2 Terceirização pela ciência da administração.....	29
5 MICROECONOMIA.....	31
5.1 Lei da oferta e da demanda.....	34
5.2 Equilíbrio de mercado.....	36
6 MACROECONOMIA.....	39
6.2 Instrumentos da política macroeconômica.....	41
6.2.1 Política fiscal.....	41
6.2.2 Política monetária.....	41
6.2.3 Política cambial e comercial.....	42
6.2.4 Política de rendas.....	42
7 PROTECIONISMO ECONÔMICO.....	43
8 REGIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS.....	46

9 BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	48
10 TAXA DE DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO.....	50
10.1 Tipos de emprego.....	51
10.2 Comportamento em 12 meses.....	60
11 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL.....	63
11.1 Projetos setoriais.....	65
12 DOENÇA HOLANDESA.....	67
12.1 Reprimarização.....	70
13 DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	73
13.1 Conceito.....	73
13.2 Causas e conseqüências.....	74
13.3 Desindustrialização no Brasil .....	76
13.4 Importação x exportação em pauta.....	84
13.5 Projeções para o novo governo.....	87
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	91
GLOSSÁRIO.....	97

## ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 Estimativa do número de pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividades.....	56
Tabela 2 Estimativa do número de ocupados, segundo setores de atividade.....	58
Tabela 3 Estimativa do número de ocupados, segundo posição na ocupação.....	59
Tabela 4 Rendimento médio real dos ocupados e assalariados, segundo categorias selecionadas e trabalhadores autônomos.....	59
Tabela 5 Balança comercial brasileira.....	79

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Classificação das indústrias.....	18
Quadro 2 Tipologia aproximativa das dimensões da globalização.....	22
Quadro 3 Opções dos países periféricos.....	22

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Ponto de equilíbrio.....	37
Gráfico 2 Taxas de desemprego, por tipo .....	55
Gráfico 3 Taxas de desemprego total.....	57
Gráfico 4 Variação anual do nível de ocupação .....	61
Gráfico 5 Índices da massa de rendimentos reais dos ocupados .....	62
Gráfico 6 Balança comercial da indústria de transformação.....	80
Gráfico 7 Pesquisa industrial mensal.....	82
Gráfico 8 Mostra de dados da indústria em 2010.....	83
Gráfico 9 Índices de crescimento acumulado da exportação e importação.....	87

## ÍNDICE DE SIGLAS

CSN - Companhia siderúrgica nacional.....	17
CVRD – Companhia vale do rio doce.....	17
PNB – Produto nacional bruto.....	21
G7 – Grupo das sete maiores economias.....	21
OMC – Organização mundial do comércio.....	23
FMI – Fundo monetário internacional.....	23
ICTSD – International centre for trade and sustainable development.....	23
CENAM - Centro nacional de modernização.....	28
G20 – Grupo das vinte maiores economias.....	43
BACEN – Banco central do Brasil.....	44
BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China.....	45
GATT – General agreement on tariffs and trade.....	46
PEA – População economicamente ativa.....	50
PIA – População de idade ativa.....	51
DIEESE – Departamento intersindical de estatística e estudo socioeconômico	54
BNDES – Banco nacional do desenvolvimento econômico e social.....	63
APEX-Brasil – Agência brasileira de promoção de exportação e investimentos.....	65
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento.....	75
IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.....	77
FIESP – Federação das indústrias do Estado de São Paulo.....	78
MIDIC – Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.....	84

# 1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho aborda-se o tema da desindustrialização no Brasil, assunto de extremo debate e controvérsias entre especialistas e a sociedade.

Durante a evolução econômica, financeira e estrutural do Brasil, um dos setores de grande participação e relevância foi o da indústria. Ao passar dos anos verificamos as grandes mudanças e expansão nas áreas mais variadas no setor industrial, essas modificações ocasionaram o período que conhecemos como Revolução Industrial. O pioneirismo industrial teve início na Inglaterra, porém sua proliferação foi rápida atingindo até mesmo países em desenvolvimento como o Brasil.

A indústria no Brasil teve início com as atividades ligadas a agricultura, já que o país tinha seu grande poderio na produção de café, com a concorrência e as inovações tecnológicas o setor automobilístico começou a se mostrar cada vez mais, até chegarmos à década atual.

Porém alguns fatores como a defasagem tecnológica em relação aos países de primeiro mundo, excessiva demanda e grande concorrência começaram a provocar alguns desconfortos e incertezas nas organizações durante a decisão do processo de produção, ou seja, o quê? E com que produzir? Com estas questões levantadas, começou-se a observar uma crescente preocupação entre os administradores e economistas a respeito de um possível processo de desindustrialização da economia brasileira.

Neste trabalho, o objetivo geral é debater sobre a questão da desindustrialização na economia Brasileira.

Os objetivos específicos consistem em estudar os conceitos e características socioeconômicas do Brasil, tais como:

- Industrialização;
- Globalização;
- Terceirização;
- Microeconomia;
- Macroeconomia;
- Protecionismo Econômico;

- Regionalização das Economias;
- Balança de Pagamentos;
- Taxa de Desemprego;
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
- Doença Holandesa;
- Desindustrialização.

Para definir a fundamentação teórica, serão transcritos sobre toda história da Industrialização e seus processos no Brasil, contendo os aspectos econômicos, financeiros e estruturais do país. Os referenciais teóricos estão baseados em referências bibliográficas, reportagens, artigos e entrevistas.

As considerações finais estão baseadas de acordo com os conceitos já definidos por autores e especialistas citados nas referências bibliográficas, fazendo uma análise da atual situação industrial do país, podendo assim afirmar ou não se o Brasil está se industrializando.

## 2 INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

### 2.1 Aspectos históricos

Segundo Roberto Catelli Jr. (1992) em seu livro “Do café a Indústria”, o Brasil por ser uma antiga colônia de uma nação europeia, faz parte de um grupo de países de industrialização tardia. Enquanto o Brasil foi colônia de Portugal, não houve desenvolvimento industrial em nosso país. A metrópole proibia o estabelecimento de fábricas em nosso território, para que os brasileiros consumissem os produtos manufaturados portugueses. Mesmo com a chegada da família real e a abertura dos Portos às Nações Amigas, o Brasil continuou dependente do exterior, só que a partir desse momento estávamos refém dos produtos ingleses.

Para Celso Furtado (1976), o processo de industrialização teria começado no Brasil abrangendo quase todas as regiões do país. No Nordeste se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e, ainda em 1910, o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, afirma o autor que o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se nessa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial.

Ainda para o autor, são três as principais condições para o surgimento da industrialização no país e sua proliferação em todas as regiões, sendo elas:

- A contínua depreciação da moeda nacional, tornando cada vez mais caros os produtos importados, e gerando estímulos para a produção no país dos artigos indispensáveis à subsistência da classe trabalhadora, cujo crescimento deu origem simultaneamente ao surgimento de um pujante mercado de trabalho capitalista, e de um não menos dinâmico mercado consumidor de bens-salário, cujo abastecimento não poderia ser atendido quer pelas importações, quer pelo artesanato e manufatura então existentes;
- O baixo custo da mão-de-obra local e as facilidades de obtenção de certas matérias-primas, dando origem a unidades de processamento dirigidas por empresários estrangeiros e financiadas por capitais de fora, com vistas à exportação

de bens intermediários e de alimentos semi-processados como foi o caso dos frigoríficos instalados no país a partir da Primeira Guerra Mundial;

- As crescentes dificuldades da comercialização de produtos importados, provocadas pelo seu encarecimento através da progressiva desvalorização da moeda brasileira, e da gradativa imposição de taxas alfandegárias para socorrer as finanças públicas, fazendo surgir filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras encarregadas das etapas finais do processamento industrial de produtos semi-elaborados importados a custos fiscais menores que os das anteriores importações de produtos acabados.

Em sua conclusão sobre a industrialização no Brasil, Celso Furtado (1976, p. 22) faz uma comparação ao período de industrialização nos Estados Unidos:

Repetidas vezes se tem buscado numa fase pretérita do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos um paralelo para a transição que se processa atualmente na economia brasileira. Tal identificação não tem nenhum sentido. Nos Estados Unidos, o núcleo industrial se desenvolveu inteiramente à parte das atividades coloniais, entrando finamente em conflito com estas. No Brasil, a economia industrial em grande parte surgiu como um prolongamento da economia patriarcal [...] Algumas vezes — o caso da indústria açucareira do Nordeste é ilustrativo, tentou-se conservar o mais possível a velha estrutura sociais, criando-se em consequência obstáculos quase infranqueáveis ao desenvolvimento da indústria.

Segundo a reportagem disponibilizada no site Administradores (2009), o Brasil tem sua história de industrialização dividida em quatro períodos sendo eles:

- De 1822 a 1930, período com baixa atividade industrial, pois eram permitidas poucas indústrias para consumo interno devido a distancia entre a metrópole e a colônia. No entanto, ocorreram nesta fase dois fatos que contribuíram para a industrialização futura, sendo o primeiro a Lei Áurea (1888) assinada pela Princesa Isabel e a entrada de imigrantes que viriam a servir como mão de obra barata.

- De 1930 a 1956, período beneficiado pela crise de 29 e a Revolução de 1930, é considerado como marco da “Revolução Industrial”. Grande concentração industrial no sudeste, principalmente em São Paulo, isso devido a presença de mão de obra e mercado consumidor que foi determinado pela decadência da cafeicultura e transferência de capital para a indústria. A característica nesse período foi a exclusividade de indústria de bens de consumo não duráveis, ficando conhecido

como “Substituição de Importações”; no Estado, houve a criação de estatais do setor de base como a CSN (siderurgia), Petrobrás e a CVRD (mineração).

- De 1956 a 1989, período da “Internacionalização da Economia”, devido a entrada de empresas transnacionais, principalmente no setor automotivo. Iniciada com o governo de Juscelino Kubitschek foi o de maior crescimento justificado pela aliança entre capital estatal e capital estrangeiro. Passando pela Ditadura Militar (1964 à 1985) o crescimento econômico continuou traçando sua trajetória, mas com todo avanço também cresceram a dívida externa e a concentração de renda.

- De 1989 a 2002, período marcado pelo avanço do neoliberalismo no país, iniciou-se no governo de Collor e foi até o de Fernando Henrique Cardoso, gerando turbulências, em especial, no setor secundário da economia devido a privatização de quase todas as empresas estatais. Nos anos mais recentes o período se destacou com fatores como a redução expressiva na alíquota de importação, aumento do desemprego e a falência de empresas e inovações tecnológicas.

## 2.3 Tipos de indústrias

Segundo Arlindo Matos de Araujo Junior (2006), existem vários tipos de indústria, sendo que sua classificação pode ser dar pela localização e tipo de indústria a ser instalada, segundo sua função e segundo sua tecnologia.

De acordo com os dados apresentados pelo autor, é possível a análise do quadro abaixo:

<b><i>Localização / Tipo a ser Instalada</i></b>	<b><i>Função</i></b>	<b><i>Tecnologia</i></b>
Indústria de Bens de Produção ou de Base (pesada)	Indústrias Germinativas	Indústrias Tradicionais
Indústria de Bens de Capital	Indústrias de ponta	Indústrias Dinâmicas
Indústria de Bens de Consumo (leve)	-	-

Quadro 1: Classificação das indústrias  
Fonte: Créditos do autor

Ainda segundo o autor, se caracterizam as indústrias da seguinte forma:

- Indústria de bens de produção ou de base (pesada): transformam matérias-primas ou energia em produtos que vão ser usados pelas indústrias de bens de capital ou de consumo. Por isso elas se localizam perto das fontes fornecedoras ou dos postos e ferrovias, onde fica fácil a recepção das matérias e a saída da produção. Ex: as siderúrgicas, as metalúrgicas e as petroquímicas.
- Indústria de bens de capital: esse tipo de indústria produz máquinas e equipamentos que serão utilizados pelas indústrias leves ou pesadas. Essas indústrias se localizam principalmente perto de seus consumidores, nos centros industriais.
- Indústria de bens de consumo (leves): produzem produtos duráveis (móveis, eletrodomésticos, automóveis, etc.) ou não-duráveis (alimentos, bebidas, etc.). Essas indústrias abrigam a maior parte dos trabalhadores, e atinge um amplo mercado consumidor. Portanto, encontra-se nas cidades médias, ou em centros urbanos. A produção destina-se a população em geral.
- Indústrias germinativas: indústrias que geram o aparecimento de outras indústrias, como a petroquímica.
- Indústrias de ponta: são as indústrias dinâmicas, que comandam a produção industrial. Ex. automobilística.
- Indústrias tradicionais: são empresas que ainda estão ligadas com a primeira revolução industrial. Geralmente são empresas familiares, e existem algumas dessas ainda no Brasil.
- Indústrias dinâmicas: usam muita tecnologia e capital, e pouca força de trabalho. Está ligada com o desenvolvimento mais recente da química e eletrônica. Operam em economia de escala. (MATOS. 2006)

### 3 GLOBALIZAÇÃO

Segundo a reportagem sobre o conceito da globalização divulgada no site Educaterra (2006), a globalização pode ser reconhecida como um processo secular e é tratado por fatos marcantes surgidos com a política expansionista do Império Romano na Antiguidade. Com a Queda do Muro de Berlin em 1989, foi proporcionada a mudança dos modelos econômicos de socialistas para os capitalistas (sistema econômico mais utilizado atualmente, inclusive no Brasil), e do conjunto dos processos de independência nacional.

Para Soares (2006), o termo globalização refere-se a processos atuantes em escala global, que ultrapassam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço e tempo, formando um processo de entrelaçamento econômico. Concluindo o autor enfatiza que a globalização é crescente e acelerada.

Segundo Streck & Leal, (1997):

O fenômeno globalização é como uma força já instaurada no processo de expansão no sistema capitalista do mundo, produzindo uma série de desastres por um lado e uma série de modificações positivas por outro, tendo grande aumento das desigualdades em geral. (STRECK & LEAL, 1997, p.106)

Ainda pelos autores, a globalização por sua amplitude e velocidade, é um fenômeno que afeta a sociedade em toda sua extensão, pois altera os fundamentos sobre os quais a economia se organizou até a explosão do fenômeno. O mercado globalizado reduziu o poder das autoridades monetárias nacionais e ainda não foi possível encontrar o desenho das instituições que virão substituí-las. As novas características do mercado estão vinculadas aos lucros, tecnologias, inovações e descobertas. Afirma os autores que o fenômeno é irreversível e oferece maiores chances aos países mais desenvolvidos por terem maior capital e mão de obra para investimentos.

Conforme foi dito acima, em 1995 o Banco Mundial, revelou um relatório sobre o desenvolvimento mundial, onde os dados apontam que nos países ricos (G7), moram apenas 12% da população mundial, enquanto que nos países pobres (g7) moram 49% da população. Vale lembrar que 85% da população mundial

pertence aos países pobres. Mas e a distribuição da riqueza? Como fica? Os países ricos (G7) ficam com 69% do PNB (Produto Nacional Bruto), cerca de U\$15,924 trilhões de dólares! Enquanto os países pobres (g7) ficam com apenas 9% da riqueza mundial, por volta de U\$ 2,015 trilhões (Fonte: Banco Mundial "Relatório Sobre Desenvolvimento Mundial 1995").

O furacão financeiro que veio da Ásia passou pela Europa, Estados Unidos e chegou ao Brasil, teve pelo menos uma vantagem didática. Ninguém pode mais alegar que nunca ouviu falar da globalização financeira. Até poucos meses, é provável que poucos soubessem onde ficava a Tailândia ou Hong Kong. Hoje muita gente sabe que um resfriado nesses lugares pode virar uma gripe aqui. Especialmente se fizer uma escala em Nova York. (PINTO, Folha de São Paulo).

Ainda segundo Celso Pinto, não há uma definição sobre a globalização que seja aceita por todos e ela está definitivamente na moda designando muitas coisas ao mesmo tempo. Há a interligação acelerada dos mercados nacionais provoca a possibilidade de movimentar bilhões de dólares em alguns segundos, como ocorre nas Bolsas de Valores, os mais entusiastas acham que a globalização define uma nova era da história humana.

Para Freitas Jr. (1999), as definições sobre a globalização sobre a globalização geralmente são vinculadas aos seus aspectos econômicos, ficando vista dessa forma como a internacionalização dos mercados de bens, serviços e créditos; entretanto menciona que o fenômeno possui enfoque mais amplo, como pode ser observado em suas três dimensões no quadro abaixo:

TIPOLOGIA APROXIMATIVA DAS DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO		
Dimensão econômica	Dimensão sócio-cultural	Dimensão política
Internacionalização dos mercados de bens, serviços e créditos, induzida pela redução de tarifas de exportação, de obstáculos aduaneiros e pela padronização das operações mercantis, resultando na fragmentação e na dispersão internacional das etapas integrantes do processo produtivo	Fenômeno social de alcance planetário, consistente na redução das distâncias geográficas e na homogeneização das expectativas e hábitos de consumo, de imaginários culturais e de práticas políticas, decorrente da globalização econômica	Deslocamento da capacidade de formulação, de decisão e de execução de políticas públicas, antes radicadas no Estado-Nação, para arenas transnacionais ou supranacionais, resultante da globalização econômica e de seus efeitos sobre o conteúdo e a extensão da soberania

Quadro 2: Tipologia das dimensões da globalização  
Fonte: FREITAS JR. 1999, p 89.

De acordo com Dagoberto Lima Godoy (1999), existem três opções em relação ao fenômeno da globalização, conforme proposto no quadro abaixo:



Quadro 3: Opções dos países periféricos  
Fonte: GODOY, 1999.

Ainda explica o autor sobre as alternativas previstas no quadro III:

- a) Integração, regra básica do mercado globalizado, onde existe a aceitação da competição e busca pela excelência;
- b) Entrega, se render aos acontecimentos, confiar no mercado e na tecnologia de “primeiro mundo”;
- c) Isolar, decisão de maior risco e conseqüências, seria deixar de seguir as tendências abrindo mão das inovações.

### **3.1 Efeitos da Globalização**

O vencedor do Prêmio Nobel de Economia no ano de 2001, Joseph E. Stiglitz descreve em seu livro *A Globalização e seus Malefícios* (2002), sobre os efeitos da globalização. Para o autor os aspectos econômicos da globalização têm sido motivos de controvérsias, assim como as instituições internacionais FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e OMC (Organização Mundial do Comercio), as quais formularam regras que pressionam os países emergentes a colocar em prática idéias como a liberalização comercial, a privatização e a estabilidade macroeconômica.

### **3.2 Liberalização Comercial**

Segundo Viviane Ventura Dias (2008), autora do site ICTSD (*International Centre For Trade and Sustainable Development*):

A literatura sobre comércio internacional reconhece que a liberalização comercial provoca não só ganhos como danos, mas, dado o seu caráter estático e as restrições de suas hipóteses de base, o tratamento dado aos aspectos normativos do comércio pela teoria econômica não é adequado para interpretar os resultados distributivos. O fator tempo tem um papel muito importante nas conseqüências distributivas do comércio, que não consegue ser captado pelo instrumental analítico econômico.

### 3.3 Privatização

Explica ainda a autora, que no entendimento popular, a privatização é uma característica do mundo globalizado, ela ocorre quando o governo vende empresas estatais para a iniciativa privada (empresas nacionais, grupos de investimentos, multinacionais). Geralmente, a privatização ocorre quando uma empresa estatal não está gerando os lucros necessários para competir no mercado ou quando ela passa por dificuldades financeiras.

Assunto de extrema repercussão social trouxe uma matéria especial publicada na revista veja em 20 de Outubro de 2010, com o que pensam alguns políticos sobre a Privatização, de acordo com Fraga (2007):

Os brasileiros e suas empresas precisam aprender a depender menos do governo. Ainda vejo essa mentalidade que é própria das raízes ibéricas, de esperar que a mãe governo cuide de todos os nossos problemas. Mas, como escreveu Eça de Queiroz, a mãe governo é pobre; como é pobre, paga pouco, e essa pobreza vai se perpetuando. O triste é que, ao que parece, estamos retrocedendo nesse item. A campanha eleitoral para o segundo turno, por exemplo, foi marcada pela crucificação das privatizações. A agenda de reformas liberais apanhou muito. (FRAGA, 2007 apud VEJA, 2010).

Segundo Llosa (2010):

Espero que seja só demagogia eleitoral e não se reflita em um retrocesso nas privatizações, caso ela seja eleita. Não creio que possa retroceder. Seria suicídio. (LLOSA, 2010 apud VEJA, 2010).

Na mesma edição da revista, Lamounjer (1999) expressa sua opinião sobre as privatizações:

Diziam que o país entraria em convulsão social por causa das privatizações. Houve quem previsse um conflito forte. Pois a venda das estatais começou sem resistência de massa e a discussão do momento é sobre como vender, não mais se vender. O problema é que há ainda no Brasil quem acredite que as reformas liberais são feitas por mania ou capricho ideológico. Que Fernando Henrique Cardoso aliou-se ao PFL para governar e, para isso, converteu-se a outra religião que não era a dele. Essa gente é a principal razão para o entrave ao desenvolvimento do país. Tem gente que gosta de culpar o governo pelo que vai mal. Eu prefiro culpar o Congresso Nacional. (LAMOUNJER, 1999 apud VEJA, 2010).

Já o político José Serra (1996) relata que:

Uma empresa do estado é propriedade pública. Não se pode sair vendendo o bem público como se fosse pipoca. (SERRA, 1996 apud VEJA, 2010).

De acordo com Dutra (1999) na mesma reportagem:

O estado menor que a sociedade não é o estado mínimo, irresponsável socialmente e mero joguete do poder econômico para privatizar lucros e socializar prejuízos. As empresas estatais produtoras de serviços e insumos, fundamentais para o desenvolvimento e para a qualificação de milhares de pessoas, são estratégicas. As de energia, saneamento, por exemplo, em vez de ser privatizadas, devem ser administradas com transparência, eficiência e controle público. (DUTRA, 1999 apud VEJA, 2010).

Para Geraldo Alckmin (2007) sua opinião sobre privatizações consiste em:

Muita gente diz que falhei ao não defender as privatizações. Vamos deixar claro: sou totalmente favorável às privatizações. Sou tão favorável que, quando era vice do governador Mario Covas, presidi o Programa de Desestatização de São Paulo. Também acho que as privatizações feitas pelo presidente Fernando Henrique foram um sucesso. (ALCKMIN, 2007 apud VEJA, 2010).

Gros (2000) afirma que:

É muito fácil falar quando o assunto é prioridade ao social ou redução das desigualdades regionais. Isso todo mundo aplaude. Porém, quando se fala em privatização, uma parcela importante da sociedade estrila. Alguns por razões ideológicas — porque existe uma visão marxista no Brasil que é uma das mais fortes do mundo — e outros por falta de informação. Porque não foi dito claramente que a alternativa à privatização seria a perda da eficácia da economia e o aumento da pobreza. (GROS, 2000 apud VEJA, 2010).

Para Dutra (2010), privatizar não é mais necessário, conforme ele afirma:

Não é preciso estatizar mais nada, nem privatizar. Nós vamos fortalecer os instrumentos estatais de que dispomos como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica. São instrumentos que se revelaram essenciais na crise e na retomada do crescimento. (DUTRA, 2010 apud VEJA, 2010).

### **3.4 Estabilidade Macroeconômica**

Segundo site Plano do Brasil (2010), a estabilidade macroeconômica faz parte do plano de governo do Brasil nos investimentos de curto e longo prazo. A estabilidade macroeconômica, mais que uma mera condição inicial, é elemento central de um projeto de desenvolvimento sustentável. Ciclos de crescimento caracterizados por uma política macroeconômica frágil e vulnerável a choques externos inevitavelmente resultam em crises, não apenas inviabilizando a continuidade do desenvolvimento, mas também prejudicando a melhoria da distribuição de renda.

### **3.5 Vantagens da Globalização**

Para o autor Joseph E. Stiglitz (2002), a globalização trouxe benefícios a sociedade, como por exemplo:

- A expansão mercantil através da conquista de novos mercados pela introdução dos produtos em mercados potenciais;
- Os investimentos feitos pelas empresas buscando ampliar a tecnologia para se tornar competitivo;
- Aumento da produtividade por conta do aumento em escala, visando à exportação para o mercado global;
- O crescimento de emprego dado pelo aumento da demanda de mão-de-obra necessária para produção em grande escala;
- Crescimento econômico e aumento na qualidade de vida;
- O acesso à tecnologia de ponta.

## 4 A TERCEIRIZAÇÃO COMO FENÔMENO

Segundo Luiz Antonio Nunes Rizzato (2001), a terceirização muito estudada atualmente como fenômeno da globalização não possui uma conceituação legal, portanto é geralmente analisada ou investigada com base na sua história e evolução ao longo dos séculos. Entretanto, antes de se definir a terceirização é necessário entender o significado de fenômeno. Em seu livro *Manual de Introdução ao Estudo do Direito* (2001, p. 23, grifo do autor), o autor define fenômeno como sendo:

A palavra “fenômeno”, originalmente, tanto no sentido científico quanto no filosófico comum, tem relação com a palavra “aparência”. Por isso o “fenômeno” é um “relativo”, pois é aquilo que “aparece” para o sujeito que o observa, ou seja, só existe na medida em que é observado na relação com o sujeito.

Além disso, o termo “aparente” sofre influência do termo “ilusório”, “irreal”, o que vai afetar também o termo “fenômeno”, que ganha esse caráter de “ilusório”, “irreal”. É verdade que o fenômeno faz parte da realidade, mas é como se pertencesse a um nível inferior de real.

As coisas são um absoluto, enquanto o fenômeno é um relativo – ao aparecer para o sujeito. Daí é que se firmou a tendência no espírito de considerar real apenas a “coisa em si” ou o “número”, cuja essência, todavia é impenetrável. Para o sujeito só há fenômeno.

O autor que teve sua definição inspirada por Edmund Husserl, matemático e filósofo que concebe o fenômeno como algo paradoxal, porque embora para o sujeito só exista o fenômeno, por outro lado o fenômeno seria também um dado impreciso, não tendo assim a realidade como absoluta.

Explica ainda o autor que essa definição se torna fundamental para a compreensão da necessidade de investigar o fenômeno da Terceirização, sendo muito provável que campos já explorados pelos administradores e organizações revelem características diferentes ou ainda não descobertas.

### 4.1. Aspectos históricos da terceirização

Afirma Maurício Godinho Delgado (2009), sobre a histórica da Terceirização no Brasil:

A Terceirização é fenômeno relativamente novo no Direito do Trabalho do país, assumindo clareza estrutural e amplitude de dimensão apenas nas últimas três décadas do segundo milênio no Brasil.

A CLT fez menção a apenas duas figuras delimitadas de subcontratação de mão-de-obra: a empreitada e sub-empreitada (art. 455), englobando também a figura da pequena empreitada (art. 652, “a”, III, CLT). À época da elaboração da CLT, como se sabe (década de 1940), a Terceirização não constituía fenômeno com a abrangência assumida nos últimos trinta anos do século XX, nem sequer merecia qualquer epíteto designativo especial.

[...]

Em fins da década de 1960 e início dos anos 70 é que a ordem jurídica instituiu referência normativa mais destacada ao fenômeno da Terceirização (ainda não designado por tal epíteto nessa época, esclareça-se). Mesmo assim tal referência dizia respeito apenas ao segmento público (melhor definindo: segmento estatal) do mercado de trabalho – administração direta e indireta da União, Estados e

Municípios. É o que se passou com o Decreto-Lei n. 200/67 (art. 10) e Lei n. 5.645/70.

A partir da década de 1970 a legislação heterônoma incorporou um diploma normativo que tratava especificamente da Terceirização, estendendo-a ao campo privado da economia: a Lei do Trabalho Temporário (Lei 6.019/74). (DELGADO, 2009, p. 418-419).

Para o presidente de Centro Nacional de Modernização (CENAM), Lívio Giosa (2010), a terceirização teria surgido como técnica administrativa no período da Segunda Guerra Mundial, com objetivo de atender a grande necessidade de produção bélica, isso porque somente as indústrias nacionais não estavam suprimindo a demanda. Porém, complementa seu conceito explicando que o homem mesmo sendo racional e organizado em sociedade não é capaz de suprir todas suas necessidades, dessa forma a terceirização seria uma prática de auto-suficiências.

Afirma ainda o presidente do CENAM, que no processo de industrialização surgiram as normas trabalhistas e movimentos sociais em resposta as explorações humanas, principalmente as de exploração infantil. Neste contexto, surgiu o merchandise, que era o agenciamento de pessoal e; novos termos e técnicas, além da terceirização, no ciclo capitalista como:

- Reengenharia;
- Downsizing;
- Qualidade Total;
- Entre outras teorias administrativas.

## 4.2 Terceirização pela ciência da administração

Para Maurício Godinho Delgado (2009) a terceirização por fazer parte dos estudos da ciência da administração, é preciso conhecer as diversas definições existentes que tratam sobre o tema. Sendo essas definições de diversos autores e obras oferecidas por estudiosos ligados à área de administração, de forma a identificar a essência e o enfoque da Terceirização.

Segundo Lívio Giosa (2010), Terceirização é estabelecer uma relação de parceria, ou seja, neste caso um processo de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros, dessa forma a organização se concentra apenas em tarefas ligadas ao ramo atuante.

Para Carlos Alberto Ramos Soares de Queiroz:

Terceirização é uma técnica administrativa que possibilita o estabelecimento de um processo gerenciado de transferência, a terceiros, das atividades acessórias e de apoio ao escopo das empresas que é a sua atividade-fim, permitindo a estas concentrarem-se no seu negócio, ou seja, no objetivo final. (QUEIROZ, 1996, p. 35).

Para Ciro Pereira da Silva, Terceirização é definida como:

A transferência de atividades para fornecedores especializados, detentores de tecnologia própria e moderna, que tenham esta atividade terceirizada como sua atividade-fim, liberando a tomadora para concentrar seus esforços gerenciais em seu negócio principal, preservando e evoluindo em qualidade e produtividade, reduzindo custos e ganhando competitividade. (SILVA, 1997, p. 30).

Para Frank Stephen Davis a Terceirização é:

(...) a passagem de atividades e tarefas a terceiros. A empresa concentra-se em suas atividades-fim, aquela para a qual foi criada e que justifica sua presença no mercado, e passa a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) atividades-meio. (DAVIS. 1992, p.19).

Para Denise Fontanella, Eveline Tavares e Jerônimo Souto Leiria a Terceirização é:

(...) uma tecnologia de administração que consiste na compra de bens e/ou serviços especializados, de forma sistêmica e intensiva, para serem integrados na condição de atividade-meio à atividade-fim da empresa compradora, permitindo a concentração de energia em sua real vocação, com intuito de potencializar ganhos em qualidade e competitividade. (FONTANELLA; TAVARES; LEIRIA. 1995, p.19)

Define-se segundo os autores citados, que a Terceirização é uma técnica e não um fenômeno, que visa conferir a eficiente e eficácia empresarial como cita Chiavenato em seu trecho abaixo:

Cada empresa deve ser considerada sob o ponto de vista de eficácia e de eficiência, simultaneamente. Eficácia é uma medida do alcance de resultados, enquanto a eficiência é uma medida da utilização dos recursos nesse processo. Em termos econômicos, a eficácia de uma empresa refere-se à sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade por meio do suprimento de seus produtos (bens ou serviços), enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas. Nestes termos, a eficiência é uma relação entre custos e benefícios. (CHIAVENATO. 1999, p.235).

Portanto segundo os autores, para a administração, deve-se compreender como terceirização o conceito de que empresa excelente é aquela que produz com melhor qualidade e menor custo, criando uma correlação entre a prática da terceirização e redução de custos.

Segundo os autores Denise Fontanella, Eveline Tavares e Jerônimo Souto Leiria (1995), a terceirização objetiva o aumento da competitividade, buscando melhores tecnologias, menores desperdícios e conseqüentemente a redução dos custos fixos. Entretanto, explicam os autores citados que alguns administradores tratam a terceirização de forma errada, pois eles esperam com a implantação do processo o ganho imediato com a redução de custos. Com isso, diminuem o quadro de funcionários e escolhe fornecedores usando o menor preço, o que pode acabar ameaçando ou comprometendo o futuro na organização.

Ainda para Fontanella, Tavares e Leiria (1995), a terceirização tem como elemento fundamental a parceria, como descrevem:

Na Terceirização, o diferencial está na maneira como esta relação se estabelece e se desenvolve no dia-a-dia. Pode-se afirmar, sem qualquer dúvida, que o sucesso deste programa depende enormemente da capacidade de criarem-se e manterem-se parcerias entre contratantes e contratados. (FONTANELLA; TAVARES; LEIRIA.1995, p.44)

## 5 MICROECONOMIA

Conforme os autores Amaury Gremaud, Maria Diaz, Paulo Azevedo e Rudinei Junior (2007, p. 4), “Economia é a ciência da escolha quando os recursos são escassos, ou seja, insuficientes para satisfazer necessidades e desejos ilimitados dos indivíduos”. Esta ciência tem em seu estudo a divisão entre duas grandes vertentes, a Micro e a Macroeconomia.

Segundo os autores Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004), Microeconomia, também conhecida como a teoria dos preços, consiste no estudo da formação dos preços e quantidades para um determinado produto ou serviço em segmentos específicos. Enquanto a Macroeconomia tem como objetivo estudar o comportamento da economia no âmbito geral, levando em consideração questões globais, tais como consumo agregado, renda nacional e investimentos globais, a análise microeconômica, por sua vez, tem como objetivo a formulação de preços para os bens e serviços, tais como commodities e maquinários, e fatores de produção, como aluguéis, salários, lucros, em segmentos específicos.

Ainda de acordo com Vasconcellos e Garcia (2004, p. 31):

A teoria microeconômica não deve ser confundida com economia de empresas, pois tem enfoque distinto. A microeconomia estuda o funcionamento da oferta e da demanda na formação do preço no mercado, isto é, o preço obtido pela interação do conjunto de consumidores com o conjunto de empresas que fabricam um dado bem ou serviço.

Ainda segundo os autores, a microeconomia utiliza da hipótese conhecida em latim como *coeteris paribus*, ou de que “tudo o mais permanece constante”. Essa teoria estuda um mercado específico, para descobrir qual o papel atuante da oferta e da procura inserida nesse mercado, sem levar em consideração interferência de outras variáveis. Utilizando dessa hipótese, é possível fazer uma análise em determinado mercado, adotando apenas as variáveis que interferem nos agentes econômicos, tais como os produtores e consumidores, fazendo com que não haja nenhuma interferência de outros fatores influenciáveis.

Conforme os autores Vasconcellos e Garcia (2004, p. 32, grifo do autor):

A procura de uma mercadoria é normalmente mais afetada por seu preço e pela renda dos consumidores. Para analisar o efeito do preço sobre a procura, supomos que a renda permanece constante (*cæteris paribus*); da mesma forma, para avaliar a relação entre a procura e a renda dos consumidores, supomos que o preço da mercadoria não varia. Temos assim, o efeito “puro” ou “líquido” de cada uma dessas variáveis sobre a procura.

Os autores ainda relatam que para que seja feita uma boa análise microeconômica, os preços relativos são mais relevantes, ou seja, os preços de um bem em relação aos demais, do que os preços absolutos, também conhecidos como os preços isolados das mercadorias.

Outra questão importante na microeconomia, que também é a origem das diferentes correntes de abordagem, consiste na hipótese adotada quanto aos objetivos da empresa produtora de bens e serviços.

Os autores afirmam ainda que princípio da racionalidade, no qual a maximização do lucro total e a utilização dos recursos oferecidos são frutos dos objetivos dos próprios empresários. Dessa maneira traz a tona conceitos marginalistas, tais como receita marginal, custo marginal e produtividade marginal ao invés de conceitos de receita média, custo médio e produtividade média. Segundo Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004, p.33) “A maximização do lucro da empresa ocorre quando a receita marginal iguala-se ao custo marginal”.

Os autores ainda relatam que:

A análise microeconômica, ou teoria dos preços, como parte da ciência econômica, preocupa-se em explicar como se determina o preço dos bens e serviços, nem como dos fatores de produção. O instrumental microeconômico procura responder, também, a questões aparentemente triviais; por exemplo, por que, quando o preço de um bem se eleva, a quantidade demandada desse bem deve cair, *coeteris paribus*?. (2004, p. 33 e 34)

Segundo os autores, é importante lembrar que a teoria microeconômica não pode ser usada como ferramenta para direcionar certas tomadas de decisões que venham aparecer no dia a dia, e sim levar em consideração como uma teoria extremamente útil para que sejam estabelecidas novas políticas e estratégias,

dentro de um plano estratégico, sejam empresas ou até mesmo políticas econômicas.

Ainda segundo os autores, a divisão de estudo microeconômica consiste nos seguintes tópicos:

- Análise da demanda: a teoria da demanda ou procura de uma mercadoria ou serviço divide-se em teoria do consumidor e teoria de mercado.

- Análise da oferta: a teoria da oferta de um bem ou serviço também se subdivide em oferta da firma individual e oferta de mercado.

- Análise das estruturas de mercado: os preços são determinados a partir da demanda e da oferta de mercado. O preço e quantidade, no entanto, dependerão da particular forma ou estrutura desse mercado, se ele é competitivo, com várias empresas produzindo certo produto, ou focando em poucas ou em uma única empresa.

De acordo com os autores (2004, p. 35) a análise das estruturas de mercado ocorre quando:

A partir da demanda e da oferta de mercado são determinados o preço e a quantidade de equilíbrio de um dado bem ou serviço. O preço e a quantidade, entretanto, dependerão da particular forma ou estrutura desse mercado, ou seja, se ele é competitivo, com muitas empresas produzindo um dado produto, ou concentrado em poucas ou em uma única empresa.

Ainda segundo os autores, essa análise serve para que sejam avaliados os efeitos da oferta e da demanda, sejam elas no mercado de bens e serviços, sejam no mercado de fatores de produção, essas estruturas consistem em:

- Concorrência perfeita;
- Concorrência imperfeita ou monopolista;
- Monopólio;
- Oligopólio.

## 5.1. Lei da oferta e da demanda

De acordo com os autores Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004), a teoria microeconômica teve a sua evolução com base na análise da demanda de bens e serviços, que por sua vez tem seus princípios básicos no conceito de subjetivo de utilidade.

Conforme os autores relatam (2004, p. 37):

A utilidade representa o grau de satisfação que os consumidores atribuem aos bens e serviços que podem adquirir no Mercado. Ou seja, a utilidade é a qualidade que os bens econômicos possuem de satisfazer as necessidades humanas. Como está baseada em aspectos psicológicos ou preferências, a utilidade difere de consumidor para consumidor (uns preferem uísque, outros cerveja).

Os autores Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004, p.38), conceituam a demanda de mercado como: “[...] a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo”.

Já para os autores Amaury Gremaud, Maria Diaz, Paulo Azevedo e Rudinei Júnior (2007, p.16), acrescentam que: “A quantidade demandada de um bem ou serviço é a quantidade que o consumidor planeja comprar em determinado período a um determinado preço”.

Conforme os autores Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004), existe a Lei Geral da Demanda, que consiste na relação entre a quantidade demandada e o preço de determinado bem ou serviço. Ou seja, quando maior for o preço, menor será a quantidade demandada em determinado período de tempo.

Ainda de acordo com os autores, quando se analisa a escala da procura nota-se a curva da demanda, essa por sua vez, tem seu declínio devido ao conjunto de dois fatores, o efeito substituição e o efeito renda. Conforme Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004, p.40), “Se o preço de um bem aumenta, a queda da quantidade será provocada por esses dois efeitos somados”.

Os autores ainda afirmam que existem outras variáveis que afetam a demanda de um bem, ou seja, o preço não é o único fator que determina a procura de um determinado bem ou serviço. Como exemplo dessas variáveis os autores

afirmam que assim como a renda dos consumidores, o preço dos bens substitutos (produto concorrente), o preço dos bens complementares, as preferências e os hábitos dos consumidores são fatores que influenciam na decisão de compra dos mesmos.

Conforme os autores acima relatam, a oscilação de um determinado bem ou produto pode ocorrer de uma maneira normal quando há o aumento, tanto da renda dos consumidores, quanto da demanda do produto. Existem também os bens inferiores, ocorre quando a demanda oscila em sentido oposto às variações de renda. Ou seja, se aumentar a renda do consumidor, ele optará por bens de uma classe superior à que ele estava acostumado a consumir. Já os bens de consumo saciado ocorrem quando a renda dos consumidores não influencia no consumo de um bem, tais como produtos básicos de consumo alimentar.

Os autores ainda relatam que (2004, p. 41):

Além das variáveis anteriores, que se aplicam ao estudo da procura pela maior parte dos bens, alguns produtos são afetados por fatores mais específicos, como efeitos sazonais e localização do consumidor, ou fatores mais gerais, como condições de crédito, perspectiva da economia, congelamentos ou tabelamentos de preços e salários.

Os autores completam que demanda é a escala ou curva que relaciona os preços e as quantidades. Quantidade demandada é um ponto específico da curva relacionando uma quantidade a um preço.

Ainda conforme Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004), o conceito de oferta consiste em diversas quantidades que os produtores oferecem ao mercado em determinado período. A oferta, assim como ocorrer com a demanda, depende de alguns fatores, tais como: o próprio preço, o preço dos fatores de produção e das metas dos produtores.

Segundos os autores, a Lei Geral da Oferta consiste na correlação direta entre quantidade de oferta e o nível de preços.

Ainda de acordo com Vasconcellos e Garcia (2004, p. 43):

A relação direta entre a quantidade ofertada de um bem e o preço desse bem deve-se ao fato de que, *coeteris paribus*, um aumento do preço de mercado estimula as empresas a elevar a produção; novas empresas serão atraídas, aumentando a quantidade ofertada do produto.

De acordo com os autores, os custos de fatores de produção, as alterações tecnológicas e o aumento da concorrência são fatores que além do preço, afetam a oferta de um determinado bem ou serviço. Eles ainda afirmam que a oferta se refere à escala, já a quantidade ofertada se refere a um determinado ponto na curva da oferta. Dessa forma, quando há um aumento no preço de um determinado bem ou serviço, haverá um aumento na quantidade ofertada, e por sua vez, uma alteração nas outras variáveis desloca a oferta.

Os autores Amaury Gremaud, Maria Diaz, Paulo Azevedo e Rudinei Júnior (2007, p. 36), afirmam que: “Quanto maior for o preço, maior será a quantidade ofertada em determinado período de tempo, *ceteris paribus*”. Os autores (2007, p. 36) ainda definem quantidade ofertada como: “A quantidade ofertada de um bem ou serviço é a quantidade que o produtor planeja vender em determinado período a um determinado preço”.

## **5.2 Equilíbrio de mercado**

De acordo com os autores Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004), através da lei da oferta e da demanda que se encontra o equilíbrio de mercado. Ou seja, o preço e a quantidade de equilíbrio de um determinado bem ou serviço para certo mercado é encontrada através da interação das curvas de demanda e de oferta. Como representado no gráfico I:

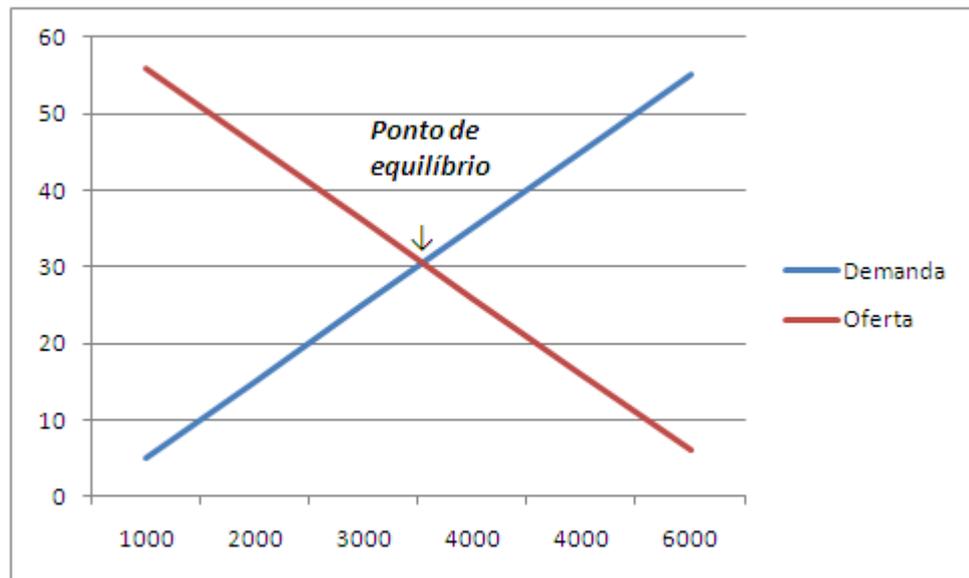


GRÁFICO I: Ponto de equilíbrio

Fonte: Créditos dos autores.

Conforme os autores afirmam, é no ponto de equilíbrio que se encontra o preço e a quantidade que atende as necessidades dos consumidores e dos produtores simultaneamente. Desta forma, quando a quantidade ofertada estiver abaixo da quantidade de equilíbrio, encontra-se a escassez do produto ou serviço, fazendo com que haja uma competitividade maior por parte dos consumidores, uma vez que a procura será maior do que a oferta de determinado produto, tendenciado a um aumento dos preços desse produto, até que o ponto de equilíbrio seja alcançado. Por outro lado, uma vez em que a quantidade ofertada estiver acima do ponto de equilíbrio, haverá um excesso do produto no mercado, o que acarretará em uma competitividade entre os produtores, desta forma, os preços teoricamente sofreriam uma queda, fazendo com que certa quantidade de produto seja consumida até que se alcance o ponto de equilíbrio.

Os autores (2004, p.46) ainda afirmam que:

Desse modo, se não há obstáculos para a livre movimentação dos preços, ou seja, se o sistema é de concorrência pura ou perfeita, será observada essa tendência natural de o preço e a quantidade atingirem determinado nível desejado tanto pelos consumidores como pelos ofertantes. Para que isso ocorra, é necessário que não haja interferência nem do governo nem das forças oligopólicas, que normalmente impedem quedas de preços dos bens e serviços.

De acordo com os autores Amaury Gremaud, Maria Diaz, Paulo Azevedo e Rudinei Junior (2007), o ponto de equilíbrio é encontrado quando existe um amplo interesse na compra e na venda de determinado bem ou produto, tanto por parte dos produtores quanto dos consumidores. “É o ponto onde a oferta iguala a demanda. Ao preço de equilíbrio, a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada”. (2007, p. 58).

Os autores ainda relatam que quando houver qualquer deslocamento da curva da demanda ou da oferta (ou ambas), haverá um novo ponto de equilíbrio, para que seja feita uma análise, é preciso compara o novo ponto de equilíbrio com o anterior. Quando ocorre o deslocamento da demanda, não necessariamente afeta as decisões dos produtores, uma vez que um aumento da renda pode ser o causador desse deslocamento, fazendo com que os consumidores adquiram uma quantidade maior de um determinado produto, e automaticamente possibilitando que o ponto de equilíbrio eleve o preço desse produto. O deslocamento da curva da oferta poderá ocorrer quando, por exemplo, por determinada intervenção do governo no aumentando as taxas de energia elétrica, e aplicando taxas extras para quem ultrapassar determinado porcentual de consumo, forçará os produtores a reduzirem a quantidade produzida, esse fato fará com que oferta seja reduzida, deslocando toda a curva de oferta.

## 6 MACROECONOMIA

De acordo com os autores Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2004), a macroeconomia tem como objetivo estudar a economia em âmbito geral, através de estudos e análises de comportamentais e determinantes, de fatores como: renda e produto nacional, nível dos gerais dos preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

Ainda de acordo com os autores (2004) citados acima, diferente da micro a macroeconomia não visa estudar os comportamentos das unidades econômicas individuais ou mercados específicos. A macroeconomia tem como objetivo estudar os mercados de bens e serviços como um todo, assim como o mercado de trabalho.

Os autores ainda afirmam que abordagens mais específicas trazem fatores importantes, como exemplo o estudo dos preços, não se leva em consideração um determinado comportamento diferenciado. Por sua vez, a abordagem macro estabelece relações entre amplos fatores agregados, fazendo com que uma compreensão sobre assuntos relevantes da economia tenha um maior entendimento.

Os autores relatam ainda que não há conflito entre a micro e macro economia, de acordo com Vasconcellos e Garcia (2004, p. 86) “uma vez que o conjunto da economia é a soma de seus mercados individuais”. A diferença se encontra apenas no enfoque de cada uma,

Conforme os autores (2004, p. 86) afirmam:

Ao estudar a determinação de preços numa indústria, na Microeconomia consideram-se constantes os preços das outras indústrias (a hipótese de *coeteris paribus*). Na Macroeconomia, estuda-se o nível geral de preços, ignorando-se as mudanças de preços relativos dos bens das diferentes indústrias.

Segundos os autores, a preocupação da teoria macroeconômica consiste nos aspectos de curto prazo, como o desemprego, fator que aparece toda vez em que é detectada na economia uma produção abaixo do nível máximo. Ou seja, essa análise de curto prazo tem como principal papel analisar questões conjunturais, tais como desemprego e inflação, fatores com ligações diretas com as ferramentas de política econômica.

Conforme os autores afirmam, existe a teoria do desenvolvimento e crescimento econômico, que tem como objetivo estudar as questões de longo prazo, porém essa análise é feita respeitando toda a trajetória de longo prazo da economia. Essa teoria foca as questões estruturais, que vão além de ferramentas econômicas, é necessário utilizar de mecanismos institucionais, sociais, tecnológicos, distribuição de renda etc.

Os autores (2004, p. 87) afirmam que:

Em resumo, a teoria macroeconômica tradicional trata fundamentalmente das questões do desemprego e da inflação, consideradas como problemas de curto prazo ou conjunturais, enquanto as teorias de desenvolvimento e crescimento incorporam questões estruturais, que envolvem políticas cujos efeitos demandam um período maior de tempo para apresentarem resultados, pois exigem mudanças profundas na estrutura econômica e institucional do país.

Entre as metas da política macroeconômica, o autor (2004) cita:

- Alto nível de emprego;
- Estabilidade de preços;
- Distribuição de renda socialmente justa;
- Crescimento econômico.

Os autores ainda afirmam que as políticas de estabilização tratam se questões de curto prazo, consideradas conjunturais, por sua vez, as questões estruturais abordam temas como o crescimento econômico e à distribuição de renda, e são caracterizadas como questões de longo prazo.

Segundo os autores Vasconcellos e Garcia (2004, p. 90), no que diz respeito aos dilemas de política econômica nas interrelações e conflitos de objetivos:

O crescimento econômico pode facilitar a solução de problemas relativos à pobreza, pois os conflitos sociais sobre a divisão do bolo produtivo podem ser abrandados quando ele aumenta. Nesse sentido, poder-se ia aumentar a renda dos pobres sem diminuir a dos ricos.

Entretanto, no Brasil e em outros países em desenvolvimento, as metas de crescimento e equidade distributiva têm-se mostrado conflitantes, fundamentalmente devido ao fator educacional, com a maioria da mão-de-obra com baixa qualificação e, portanto, com baixos rendimentos.

## 6.2 Instrumentos da política macroeconômica

De acordo com os autores Vasconcellos e Garcia (2004), a macroeconomia conta com a intervenção do governo no que diz respeito à oferta e demanda agregada, fazendo com que os empregos, as baixas taxas de inflação e com que a distribuição de renda de forma justa, seja pontos positivos na economia do país.

Os autores relatam que os principais instrumentos para atingir esses objetivos são as políticas fiscal, monetária, cambial e comercial, e de renda.

**6.2.1 Política fiscal** – trata-se da política utilizada pelo governo para atuar com a política tributária, ou seja, arrecadar tributos, e controlar suas despesas através da política de gastos. O governo utilizado da política tributária como forma de manipulação da estrutura de alíquotas e impostos, fazendo com que manipule ou iniba os gastos e consumos no setor privado.

Como afirma os autores Vasconcellos e Garcia (2004, p. 91):

Se o objetivo da política econômica é reduzir a taxa de inflação, as médias fiscais normalmente adotadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo). Ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Se o objetivo é maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada.

**6.2.2 Política Monetária** – é utilizada pelo governo para atuar na quantidade de moeda e de títulos públicos. Os instrumentos são: Emissões, reservas compulsórias, *open market*, redesconto e regulamentação sobre crédito e taxa de juros.

Vasconcellos e Garcia (2004, p. 92) afirmam que: “se o objetivo é o controle da inflação, a medida apropriada de política monetária seria diminuir o estoque monetário da economia”. Os mesmos autores (2004, p. 92) ainda complementam que: “Se a meta é o crescimento econômico, a medida adotada seria o aumento do estoque monetário”.

Ainda segundo os autores, tanto quanto a política monetária quanto a fiscal tem a mesma finalidade, porém com meios alternativos para se chegar até ela. É preciso o uso de uma política econômica combinada entre esses fatores. Os autores ainda afirmam que para uma melhora na distribuição de renda, se deve fazer uso da

política fiscal, taxando as rendas mais altas ou aplicar mais recursos originários do próprio governo direcionados aos setores menos favorecidos.

Os autores ainda relatam que a política monetária tem uma vantagem sobre a política fiscal, ela pode ser implementada logo após a sua aprovação, ou seja, após as decisões diretas das autoridades monetárias. Já a política fiscal depende de um processo de votação junto ao congresso nacional.

**6.2.3 Política cambial e comercial** – São políticas que tem como objetivo atuar no setor externo da economia.

Conforme Vasconcellos e Garcia (2004, p. 92) afirmam:

A política cambial refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio. O governo, por meio do Banco Central, pode fixar a taxa de câmbio (regime de taxas fixas de câmbio) ou permitir que ela seja flexível e determinada pelo mercado de divisas (regime de taxas flutuantes de câmbio).

Os autores relatam que na política comercial é um instrumento de incentivo às exportações, podendo atuar como estímulo ou desestímulo das importações, através de ferramentas fiscais e de créditos.

**6.2.4. Política de rendas** – é quando o governo atua de forma direta na formação de renda, ou seja, dos salários, aluguéis etc., através de atuação direta no congelamento e controle dos preços.

Os autores acrescentam que esse controle de taxas de juros e da taxa de câmbio quando exercidos pelas autoridades econômicas podem ser considerados dentro do âmbito das políticas monetária, fiscal ou cambial. Porém o controle sobre os preços e salários faz parte da política econômica, o que difere essa política, é que nesses controles, os agentes econômicos não podem responder às influências econômicas do mercado, uma vez que os preços estão congelados.

## 7 PROTECIONISMO ECONÔMICO

Conforme relata o autor Tiago Dantas (2010), o protecionismo econômico é uma teoria que tem como objetivo favorecer a economia interna, fazendo com que as importações sejam minimizadas ao máximo, evitando a concorrência estrangeira. O autor ainda relata que essa teoria é utilizada na maioria dos países, seja com maior ou menor intensidade.

De Dantas (2010) da equipe Brasil Escola, alguns exemplos de medidas protecionistas são:

- Criação de altas tarifas e normas técnicas de qualidade para produtos estrangeiros, reduzindo a lucratividade dos mesmos;
- Subsídios à indústria nacional incentivando o desenvolvimento econômico interno;
- Fixação de quotas, limitando o número de produtos, a quantidade de serviços estrangeiros no mercado nacional, ou até mesmo o percentual que o acionário estrangeiro pode atingir em uma empresa.

Dantas (2010) ainda relata, cabe a Organização Mundial do Comércio (OMC) o dever de fiscalizar o comércio e os atos protecionistas entre os países, fazendo com que o comércio internacional trabalhe da forma mais liberal possível. De acordo com o autor (2010), embora o protecionismo seja vantajoso, uma vez que ele tem como objetivo proteger a economia nacional da concorrência externa entre outros fatores, o protecionismo pode em alguns casos fazer com que o país perca espaço no mercado externo, provocar um atraso no desenvolvimento tecnológico nas empresas nacionais.

O autor ainda afirma que com as políticas de protecionismo o mercado tende a diminuir o comércio internacional, por consequência atrasa as políticas de combate à fome e ao desenvolvimento dos países mais pobres.

Conforme relata a autora Azelma Rodrigues (2009), do site Valor Online, entre os principais assuntos das pautas das reuniões do G20 consiste em evitar o protecionismo financeiro. Conforme o diretor do Banco Central brasileiro, Mário Mesquita, relata em entrevista ao Valor Online, o comércio global está sendo penalizado por tais restrições. Mário ainda lembra que o governo brasileiro é contra

qualquer medida protecionista financeira, ele afirma também que o protecionismo dever ser evitado e limitado o máximo possível. O autor ainda afirma, sem citar qualquer país, que algumas fortes economias estão fazendo uso do protecionismo financeiro, dizendo que há provas de que fornecedores locais estavam recebem benefícios financeiros, ao invés de incentivar as relações exteriores. O diretor do BACEN em defesa diz que as medidas anti-crise, com objetivo de promover a liquidez em reais e em moeda estrangeira, elaboradas pelo próprio BACEN não tinham caráter protecionista.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso (2010), em entrevista ao jornal Folha de São Paulo (2010), o Brasil caminha rumo ao protecionismo, devido ao processo do atual governo que promove um “complexo sindical-burocrático-industrial” (2010, caderno especial, p.7).

O ex-presidente ainda afirma que:

O problema agora é de gigantismo de uns poucos grupos, nesse complexo, que na verdade é sindical-burocrático-industrial, com forte orientação de escolher os vencedores. Isto é arriscado do ponto de vista político e leva ao protecionismo. (2010, caderno especial, p. 7)

De acordo com a matéria do autor Ricardo Balthazar à Folha de São Paulo (2010), independentemente quem ganhar as eleições nos Estados Unidos, sejam eles democratas ou republicanos, as barreiras protecionistas continuaram, conforme pesquisa recente do jornal americano *The Wall Street Journal*, mais de 50% são favoráveis às medidas protecionistas que o governo americano vem aplicando. Um dos setores que mais sofrem é das usinas de cana-de-açúcar.

Conforme informa o autor (2010, p. A-9):

Os usineiros brasileiros trabalham há vários anos para eliminar a tarifa imposta pelos EUA às importações de etanol produzido no Brasil, mas o congresso resiste a remover essa barreira, que protege a indústria americana.

Balthazar (2010), ainda relata que há esperanças de uma nova negociação ser iniciada, uma vez que a tarifa para o etanol vencerá a validade este ano ainda, porém o autor ainda relata que é muito cedo para se saber se essa barreira será retirada ou se será modificada, sendo que na última vez em que o assunto foi levado

ao congresso, os democratas eram quem controlava a Câmara e ainda tiveram apoio dos republicanos para aumentar os subsídios.

Ainda de acordo com o jornal Folha de São Paulo (2010, p. B-2) afirma que “as múltiplas emergentes enfrentam protecionismo crescente nos países ricos, em especial nas áreas de energia e alta tecnologia”. De acordo com o jornal, essa postura era de se esperar por parte dos países ricos, mais cedo ou mais tarde seria exigido mais rigor em relação às normas de qualidade e meio ambiente, nos países de origem. Porém é informado que o Brasil é o mais internacionalizado entre os países que compõem o BRIC.

## 8 REGIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

De acordo com o autor Rogério Luis Reolon Anése (2000), em seu artigo acadêmico, juntamente com o processo de globalização, notou-se uma forte aproximação entre os países que mantinham os acordos de comércio na região.

Esses acordos são compostos por alguns países, formando assim um grupo pequeno com o objetivo de formular regras distintas para o restante do mundo, porém com um intuito de beneficiar os países que o compõem. Dessa maneira os países que estão dentro do grupo se encontram em uma situação de livre comércio e até mesmo se portando de forma a ignorar o resto do mundo. O autor ainda relata que esses atos estão de acordo com as regras do sistema multilateral do GATT, denominando-se entre “multilateralismo proclamado” e “minilateralismo relativo”.

Ainda de acordo com Anése (2000), há grande interesse em saber se a regionalização é contra ao multilateralismo ou se um complementa o outro, ou seja, a regionalização fará com que haja um acordo em esfera global, promovendo o livre comércio entre as nações.

De acordo com Sérgio Florêncio e Ernesto Araújo (1995, p. 81):

A regionalização é uma globalização em miniatura. Cada processo de integração regional reproduz, num espaço mais restrito, mas, com maior veemência, as principais características da globalização. (...) Um país que se engaja em um processo de integração torna-se mais apto a participar do processo de globalização.

Ainda de acordo com Anése (2000), havendo essa diferença entre países que não fazem parte do grupo pode fazer com que haja uma discriminação, prejudicando com taxas superiores para quem não faz parte do grupo, desestimulando a iniciativa de um comércio com novos países. O autor ainda relata que em contra partida, há indícios de um único bloco em esfera global, como é o caso da União Européia.

Anése (2000) ainda informa que na década de 60 houve rumores da formação de um bloco na América Latina, já que os países latino americanos acharam que as trocas comerciais não eram vantajosas para eles, uma vez que eles exportavam commodities enquanto os países desenvolvidos o fazia com produtos industrializados.

Conforme o autor revela, além dos motivos apresentados, três importantes fatores apontam para um novo regionalismo, tais como: as novas formas de proteção, como o *antidumping*, apoio às exportações; o declínio da dominância dos Estados Unidos e as diferenças institucionais entre países. O autor ainda lembra que o protecionismo fez com que as interrelações ficassem mais complicadas, ou seja, se torna cada vez menor cada grupo dividindo benefícios em comum acordo.

Ainda de acordo com Anése (2000), ele finaliza que a regionalização surgiu com o objetivo de resolver os problemas das barreiras não-tarifárias, porém a proposta apresentada hoje pra regionalização se conceitua no equilíbrio entre os países aliados, visando um comum acordo para qualquer envolvido e até mesmo com auxílio para os países menos desenvolvidos, uma vez participante do grupo.

## 9 BALANÇO DE PAGAMENTOS

De acordo com Amaury Gremaud e Rudinei Junior (1999), balanço de pagamentos é a denominação que se dá as diversas transações que um país realiza com o restante do mundo durante um determinado período. Entre elas estão compra e venda de bens e serviços, compra e venda de ativos, entre outros. É Através do Balanço de pagamentos que se pode avaliar a situação econômica internacional de um país, ele é elaborado pelo Banco Central com informações de diversos órgãos.

Conforme os autores afirmam (1999, p.358):

O balanço de pagamentos de um país é um resumo contábil das transações econômicas que este país faz com o resto do mundo, durante certo período de tempo. A partir deste balanço pode-se avaliar a situação econômica internacional do país.

Conforme os autores relatam, a oferta agregada do país, por exemplo, deixa de ser composta apenas por produtos feitos internamente, mas passa a contar com bens e serviços elaborados no exterior. A demanda por produtos domésticos deixa de ser feita apenas por residentes, passando a ser feita também por não residentes. A dotação de recursos/fatores de produção nacionais deixa de ser um entrave fixo à expansão do produto, pois se pode contar com serviços de fatores estrangeiros para ampliar a produção.

Ainda conforme os autores, a poupança interna deixa de ser a única fonte para financiar os investimentos, pois o país pode recorrer à poupança externa, assim como a poupança interna não precisa mais necessariamente ser aplicada no país, podendo ser investida no exterior. Esse conjunto de transações gera uma série de fluxos de bens e serviços e fluxos monetários e de capitais entre os países que afetam o desempenho econômico dos mesmos. O balanço de pagamentos de uma nação busca registrar este conjunto de transações do país com o resto do mundo.

Segundo Amaury e Rudinei (1999) no Brasil, o Balanço de Pagamentos é elaborado pelo Banco Central a partir dos registros das transações efetuadas entre residentes no país e residentes em outras nações. Na contabilização destes registros, adota-se o método das partidas dobradas. Nestes registros, toda transação que cria um direito constitui um crédito. As exportações, por exemplo, são

créditos. Por outro lado, as importações são débitos, assim como os juros pagos ao exterior. De modo geral, pode-se considerar que toda entrada de divisas corresponde a um crédito e toda saída a um débito. A exemplo disso os autores citam:

Créditos:

- Exportações de bens e serviços;
- Recebimentos de doações e indenizações de estrangeiros;
- Recebimentos de empréstimos de estrangeiros;
- Recebimentos de reembolso de capital estrangeiro;
- Vendas de ativos para estrangeiros.

Débitos:

- Importações de bens e serviços;
- Pagamentos de doações e indenizações a estrangeiros;
- Pagamentos de capital emprestado por estrangeiros;
- Reembolso de capital a estrangeiros;
- Compras de ativos de estrangeiros.

Sob a ótica do balanço de pagamentos, as transações internacionais podem ser de duas espécies: as transações espontâneas ou autônomas e as transações induzidas ou compensatórias.

## 10 TAXA DE DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo os autores Amaury Gremaud e Rudinei Júnior no livro *Introdução a economia* (2007), o Brasil adotou a partir de junho de 1999 um regime de metas inflacionárias visando conduzir a política monetária. No período de 1999 a 2002 a economia brasileira cresceu com uma taxa a 2,1% a. a., porém no último ano, a taxa alcançou apenas 1,9%. Devido ao crescimento baixo a taxa de desemprego tem se elevado, o que fez com que tenha alcançado um patamar em torno de 12% da força de trabalho em 2002. As críticas não faltaram ao governo atual. Os opositores levantaram diversas questões no que diz respeito às rígidas metas inflacionárias, questionavam se não era o momento de se pensar em aceitar uma inflação mais alta, porém fazendo com que a economia fosse um pouco mais ativa, para então tentar conquistar uma menor taxa de desemprego.

De acordo com Amaury e Rudinei (2007, p. 321):

Deve-se destacar também que o governo atual venceu duas eleições (1994 e 1998), porque conseguiu a queda da taxa de inflação e a relativa estabilidade dos preços, rompendo vários anos de inflação elevada e constante tendência aceleracionista, colocando em xeque a idéia de que o Brasil estava fardado a viver com inflação. O apoio ao governo por ter conseguido a estabilidade dos preços, mesmo com alguns efeitos negativos, inclusive o aumento do desemprego, a atividade econômica contida, entre outros aspectos, mostra que a inflação também não é desejada pela população, pois gera efeitos negativos sobre a qualidade de vida. A inflação, além de afetar a eficiência econômica e o crescimento a longo prazo, constitui-se em um imposto que afeta, principalmente, a população de baixa renda, que não tem como se proteger dela.

Os autores (2007, p. 321) ainda afirmam que: “Percebe-se, portanto, que as pessoas não querem nem inflação elevada nem desemprego elevado”

Conforme os autores relatam, um importante conceito para se analisar o funcionamento do mercado de trabalho e o da chamada População Economicamente Ativa (PEA), que corresponde à força de trabalho no país. Esse conceito é composto pela parcela da população que pode efetivamente trabalhar e está disposta a isso. Ainda segundo o autor, para chegar a esse grupo é preciso considerar os seguintes aspectos:

- Segundo Gremaud e Toneto JR. (2007), não é toda a população de um país que compõe sua força de trabalho, pois uma parcela dessa população não possui

idade para trabalho, como o caso de crianças, sendo assim, deve-se desconsiderar da população total do país toda pessoa com menos de 15 anos, para se chegar ao que se chamam de População de Idade Ativa (PIA).

- Ainda de acordo com os autores acima, após descobrir o PIA é necessário considerar apenas os que podem e estão dispostos a trabalhar, ou seja, mesmo dentro de um grupo de população com idade ativa para trabalhar, tem se uma parcela de pessoas que não estão dispostas a ingressar no mercado de trabalho, a exemplo disso temos as donas de casa, que estão alocadas no trabalho doméstico, os aposentados entre outros que não tem interesse em trabalhar ou que não podem ou não estão disponíveis para tal, como por exemplo as pessoas que se dispõem ao serviço militar, os presidiários, entre outros. Essa parcela deve ser excluída do PIA para se chegar à força de trabalho. Para essa parcela que não se considera ativa na força de trabalho, denomina-se como População não Economicamente ativa. Porém é preciso considerar que entre aqueles que não se encontram ativamente na força de trabalho, há um grupo chamado de trabalhadores desalentos, ou seja, são aqueles que não estão trabalhando, nem procurando emprego, mas que aceitarão algum emprego se achar, ou seja, estão fora da força de trabalho não por opção e sim por falta de opção.

Gremaud e Toneto JR. (2007), ainda relatam que a População Economicamente Ativa é composta por trabalhadores que se encontram empregados e aqueles que estão dispostos a trabalhar, ou melhor, os desempregados que se encontram em busca de um emprego. Dessa forma, a força de trabalho se divide em dois grupos: os empregados e os desempregados.

## **10.1 Tipos de empregos**

Amaury e Rudinei (2007) ainda afirmam que o desemprego é um dos principais problemas econômicos enfrentados no país. Ele nos mostra uma ineficiência, ou seja, uma perda de produto ou de capacidade produtiva, pois essa faixa da população poderia estar produzindo e posteriormente consumindo mais, auxiliando para que a economia gire de uma forma mais ativa. Em outras palavras o desemprego reflete um grande problema social. Quando um cidadão se encontra

desempregado ele acarreta em um aumento dos custos, pois haverá ocorrências de perda de renda, queda no consumo, perda de bem estar entre outros, sem contar outros problemas pessoais, tais como familiares, psicológicos que são atribuídos ao desemprego, podendo até refletir em outros problemas sociais, como a violência, gastos com saúde entre outros aspectos.

Ainda conforme os autores, o nível da atividade econômica é o principal determinante para a taxa de desemprego. Quanto maior for a produção das empresas, mais elas necessitarão de trabalhadores, ou seja, mais cairá a taxa de desemprego, a recíproca é verdadeira, quando houver a retração econômica conseqüentemente haverá um aumento na taxa de desemprego. Esse desemprego é conhecido por Desemprego Cíclico ou Conjuntural. Dessa forma observa-se nas expansões econômicas queda na taxa de desemprego, e nas recessões aumento da mesma. Sendo assim, se esse for o principal determinante do desemprego, a forma de diminuí-lo é através do crescimento econômico.

Os autores ainda afirmam que o desempregado pode ser associado à perda de produto, dessa maneira, pode-se denominar de PIB potencial aquele associado à “plena utilização” dos fatores e PIB efetivo como aquele associado ao efetivo grau de utilização dos fatores. A diferença entre o PIB efetivo e o PIB potencial é chamada de Hiato do Produto, esse no qual tem o valor diretamente ligado à taxa de desemprego, quanto maior a taxa de desemprego maior será o hiato do produto. Esta relação entre produto e o desemprego é chamada de Lei de Okum, e de acordo com os autores (2007, p. 324) pode ser expressa da seguinte maneira:

$$\text{Hiato do produto} = \text{PIB potencial} - \text{PIB efetivo} - \alpha + \beta\mu$$

Onde:  $\mu$  = taxa de desemprego;  $\alpha$  e  $\beta$  correspondem a parâmetros que medem a sensibilidade do hiato de produto em relação à taxa de desemprego.

Amaury e Rudinei (2007, p. 324) ainda afirmam:

Percebe-se, portanto, que não é qualquer crescimento econômico que gera redução da taxa de desemprego. Para tal, a taxa de crescimento deve ser superior àquela gerada pelo aumento da produtividade e pelo ingresso no mercado de trabalho. Podemos expressar esta relação da seguinte forma:  $\Delta\mu = y(g_y - g_n)$ , onde  $g_y$  corresponde à taxa de crescimento econômico efetivo;  $g_n$  corresponde à taxa normal de crescimento e  $y$  é um parâmetro que mede a sensibilidade do desemprego a taxas de crescimento do produto.

Ainda de acordo com os autores, se a taxa de crescimento da PEA for considerada da ordem de 2% a. a. e um aumento da produtividade da ordem de 1,5% a. a., isso significa que o produto do país deverá crescer em torno de 3,5% a. a., apenas para estabilizar a taxa de desemprego. Porém se reduzida-la for o objetivo, o crescimento deverá superar esta taxa, caso contrário, não de diminui o desemprego.

Os autores relatam que outra forma de desemprego é conhecida por desemprego friccional, que alguns chamam de desemprego de pleno emprego, ou seja, mesmo quando a economia se encontra no produto potencial haverá uma taxa de desemprego, que ocorrem quando acontecem mudanças econômicas, tais como mudanças nas preferências, mudanças tecnológicas, mudanças regionais (geográficas) da atividade econômica, entre outras. Nesses casos, com a mudança da atividade econômica, determinados tipos de empregos estarão sendo distribuídos e outros estarão sendo criados. Enquanto o trabalhador que ocupava um posto que fosse destruído se direciona para um novo posto ele está desempregado. Dessa maneira, por motivos de ajustamentos econômicos, sempre haverá desempregados.

Ainda segundo os autores, como forma de ilustrar esse exemplo, a indústria de determinada região perde a competitividade e tem os seus postos de trabalho fechados, a principio colaborando para aumentar a taxa de desemprego naquela determinada região, mas em contra partida, outra indústria em outra região se tornou mais competitiva e está ampliando o emprego, o desemprego friccional aparece, pois o trabalhador decadente terá que se deslocar para poder trabalhar na região emergente, isto pode ocorrer também por mudanças tecnológicas, como por exemplo, o aparecimento do computador e a queda no uso de máquinas de escrever, mudanças de hábitos e preferências da população, entre outros fatores.

Para Amaury e Rudinei (2007), o desemprego friccional pode aumentar com a ocorrência de problemas de informação no mercado de trabalho, em que o fluxo das informações entre quem está querendo contratar e quem está procurando emprego é falho, como problemas de adaptação do trabalhador ao novo emprego, entre outros. Dessa maneira, as políticas que tentam reduzir o desemprego friccional buscam focar na produção e provisão de informações, tais como balcão de emprego, cadastro dos desempregados etc., e também no que diz respeito a adaptação dos trabalhadores, como programas de requalificação profissional.

Os autores ainda afirmam que ainda há outro tipo de desemprego, o desemprego de espera, também conhecido como desemprego “voluntário”, ocorre quando o trabalhador não se propõe a trabalhar em troca do salário proposto e prefere aguardar uma melhor oportunidade de emprego. Esse fator depende de outros fatores como instituições presentes no mercado de trabalho dos diferentes países: seguro desemprego, políticas assistenciais, entre outros.

Conforme a pesquisa de emprego e desemprego no site do Dieese (2010), no que diz respeito à região metropolitana de São Paulo o desemprego se mantém em movimento de declínio, pois através do nível de ocupação e relativa estabilidade da PEA fazem com que a redução de desemprego mantenha em redução, com isso gera um aumento na ocupação no comércio, diminuindo o número de assalariados sem carteira assinada. Os números mostram uma elevação em massa dos rendimentos de ocupados e assalariados em relação a julho de 2009.

Ainda de acordo com o site:

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED -, realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese, mostram quem, em agosto, a taxa de desemprego total na RMSP apresentou pequena redução, ao passar de 12,6%, em julho, para os atuais 12,3%, em movimento típico para o período. Segundo seus componentes, esse resultado refletiu no comportamento das taxas de desemprego aberto (de 9,4% para 9,3%) e oculto (de 3,2% para 3,0%) (Gráfico II).

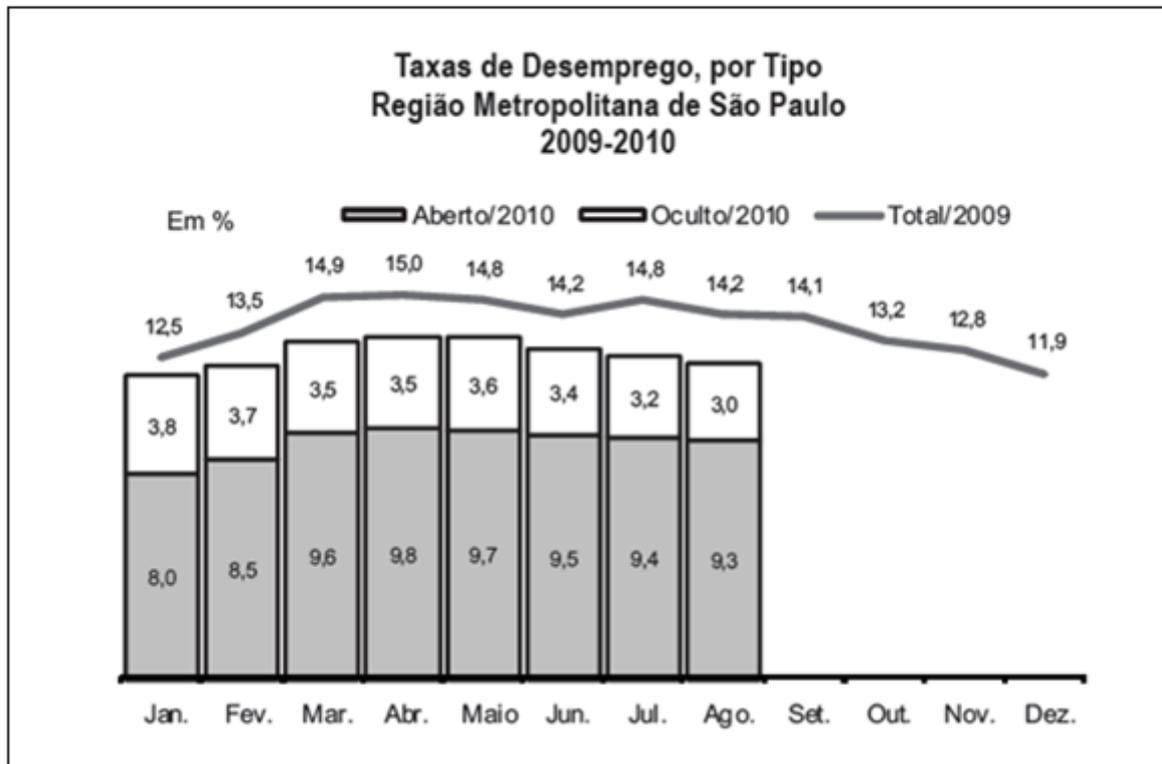


Gráfico 2: Taxas de desemprego por tipo região metropolitana de São Paulo

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

Conforme o site informa:

Em agosto, o contingente de desempregados foi estimado em 1.315 mil pessoas, 31 mil a menos do que no mês anterior, resultado da criação de 41 mil ocupações e da relativa estabilidade da força de trabalho da região (acréscimo de 11 mil pessoas) (Tabela 1). A taxa de participação (63,4%) permaneceu estável no período em análise.

<b>Estimativas do Número de Pessoas de 10 Anos e Mais, segundo Condição de Atividade Região Metropolitana de São Paulo Agosto/09-Agosto/10</b>							
Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Ago/09	Jul/10	Ago/10	Ago-10/ Jul-10	Ago-10/ Ago-09	Ago-10/ Jul-10	Ago-10/ Ago-09
<b>POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA</b>	<b>16.644</b>	<b>16.850</b>	<b>16.868</b>	<b>18</b>	<b>224</b>	<b>0,1</b>	<b>1,3</b>
<b>População Economicamente Ativa</b>	<b>10.569</b>	<b>10.683</b>	<b>10.694</b>	<b>11</b>	<b>125</b>	<b>0,1</b>	<b>1,2</b>
Ocupados	9.068	9.337	9.379	42	311	0,4	3,4
Desempregados	1.501	1.346	1.315	-31	-186	-2,3	-12,4
Em Desemprego Aberto	1.068	1.004	994	-10	-74	-1,0	-6,9
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	312	247	237	-10	-75	-4,0	-24,0
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	121	95	84	-11	-37	-11,6	-30,6
<b>Inativos com 10 Anos e Mais</b>	<b>6.075</b>	<b>6.167</b>	<b>6.174</b>	<b>7</b>	<b>99</b>	<b>0,1</b>	<b>1,6</b>

Tabela 1: Estimativas do número de pessoas de 10 ano e mais.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

O site ainda relata que os indicadores do PED demonstram através de gráficos que, entre julho e agosto, houve uma diminuição na taxa de desemprego total no conjunto dos municípios da RMSP, excluindo a capital, de 13,6% para 12,8%, e na região do ABC paulista, de 12,1% para 11,3%, mantendo-se relativamente estável na cidade de São Paulo, de 12,0% para 11,9%. Como podemos ver no gráfico abaixo:

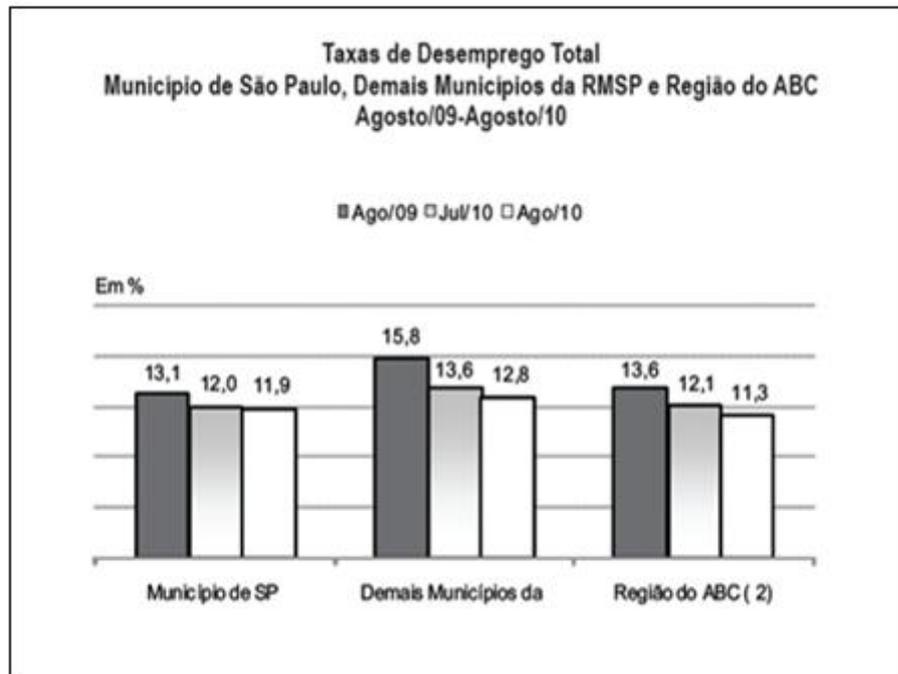


Gráfico 3: Taxas de desemprego total

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

O DIEESE ainda informa que houve uma variação no nível de ocupação, variação essa positiva (0,4%), pois foi criado 42 mil postos de trabalho, o que fez com que fosse elevada a estimativa do contingente de ocupados para um total de 9.379 mil pessoas, conforme podemos observar na Tabela 2. Os aumentos dos níveis de ocupação no comércio, 4,4% ou criação de 63 mil postos de trabalho, e no agregado Outros Setores, 1,3%, ou 14 mil, compensaram as pequenas reduções nos Serviços, 0,5%, ou 24 mil e na indústria, chegando a 0,6% ou 11 mil ocupações.

Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Região Metropolitana de São Paulo Agosto/09-Agosto/10							
Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Ago/09	Jul/10	Ago/10	Ago-10/ Jul-10	Ago-10/ Ago-09	Ago-10/ Jul-10	Ago-10/ Ago-09
<b>Total</b>	<b>9.068</b>	<b>9.337</b>	<b>9.379</b>	<b>42</b>	<b>311</b>	<b>0,4</b>	<b>3,4</b>
Indústria	1.560	1.737	1.726	-11	166	-0,6	10,6
Comércio	1.451	1.438	1.501	63	50	4,4	3,4
Serviços	4.987	5.089	5.065	-24	78	-0,5	1,6
Outros (1)	1.070	1.073	1.087	14	17	1,3	1,6

Tabela 2: Estimativas do número de ocupados, segundo setores de atividade.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

As pesquisas do site ainda relatam que:

Segundo posição na ocupação, houve uma pequena variação negativa no total de assalariados (0,3%), reflexo da redução do emprego público (3,7%) e da relativa estabilidade no setor privado (0,1%). Neste segmento, houve pequeno crescimento do contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada (0,5%) e redução daqueles sem carteira (1,3%). Aumentaram o número de ocupados classificados nas demais posições ocupacionais (4,2%) e o de autônomos (0,5%), conforme tabela abaixo:

Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo Agosto/09-Agosto/10							
Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Ago/09	Jul/10	Ago/10	Ago-10/ Jul-10	Ago-10/ Ago-09	Ago-10/ Jul-10	Ago-10/ Ago-09
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>9.068</b>	<b>9.337</b>	<b>9.379</b>	<b>42</b>	<b>311</b>	<b>0,4</b>	<b>3,4</b>
Total de Assalariados (1)	6.112	6.387	6.368	-19	256	-0,3	4,2
Setor Privado	5.396	5.704	5.711	7	315	0,1	5,8
Com Carteira Assinada	4.389	4.640	4.661	21	272	0,5	6,2
Sem Carteira Assinada	1.007	1.064	1.050	-14	43	-1,3	4,3
Setor Público	716	682	657	-25	-59	-3,7	-8,2
Autônomos	1.705	1.699	1.707	8	2	0,5	0,1
Demais Posições (2)	1.251	1.251	1.304	53	53	4,2	4,2

Tabela 3: Estimativas do número de ocupados, segundo posição na ocupação.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

O site ainda informa que nos meses de junho e julho de 2010, os rendimentos médios reais de ocupados, equivalente a 2,3% e assalariados, 2,1% elevaram-se, passando a equivaler respectivos R\$ 1.353 e R\$ 1.374, conforme tabela abaixo:

Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados e Assalariados, segundo Categorias Seleccionadas, e dos Trabalhadores Autônomos Região Metropolitana de São Paulo Junho/09-Junho/10					
Categorias Seleccionadas	Rendimentos (em reais de julho de 2010)			Variações (%)	
	Jul/09	Jun/10	Jul/10	Jul-10/ Jun-10	Jul-10/ Jul-09
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>1.312</b>	<b>1.322</b>	<b>1.353</b>	<b>2,3</b>	<b>3,1</b>
<b>Total de Assalariados (2)</b>	<b>1.385</b>	<b>1.346</b>	<b>1.374</b>	<b>2,1</b>	<b>-0,8</b>
Setor Privado	1.292	1.266	1.290	1,9	-0,1
Indústria	1.405	1.483	1.552	4,7	10,5
Comércio	1.004	1.018	1.070	5,0	6,5
Serviços	1.335	1.228	1.236	0,7	-7,4
Com Carteira Assinada	1.358	1.319	1.344	1,9	-1,0
Sem Carteira Assinada	1.005	1.020	1.036	1,5	3,1
<b>Trabalhadores Autônomos</b>	<b>1.000</b>	<b>1.049</b>	<b>1.091</b>	<b>4,0</b>	<b>9,1</b>

Tabela 4: Rendimento médio real dos ocupados e assalariados.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

O site do DIEESE (2010) relata que a massa de rendimentos dos ocupados, por sua vez, aumentou para 2,1% (quadro abaixo), como resultado da elevação de rendimento médio, uma vez que o nível de ocupação não sofreu variações. A massa salarial elevou-se em 1,2% devido ao crescimento do salário médio, que compensou mais a pequena redução do nível de emprego.

O site ainda informa que:

Há 25 anos, a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED divulga seus primeiros resultados, mostrando que a jornada de trabalho média semanal dos assalariados no trabalho principal, na RMSP, era de 46 horas. Por setor de atividade, essa jornada correspondia a 47 horas industriais, 51 horas no comércio e 44 horas nos serviços.

De acordo com o site, hoje a jornada média semanal reduziu-se para 43 horas para o total dos assalariados, sendo 43 horas na indústria, 45 horas no comércio e 42 horas nos serviços.

## **10.2 Comportamento em 12 meses**

O site do DIEESE (2010) ainda informa que com uma taxa de desemprego RMSP, no mês de agosto de 2010, de 12,3%, o que no ano anterior era de 14,2%, nota-se o percentual em declínio. Nos últimos 12 meses a taxa de desemprego aberto reduziu de 10,1% para 9,3% e a de desemprego oculto, passou de 4,1%. De acordo com os dados informados pelo site do DIEESE, a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário caiu de 2,9% para 2,2% e a de desemprego oculto pelo desalento passou de 1,1% para 0,8%.

De acordo com o site, no mesmo período de 12 meses, a cota de desempregados sofreu uma redução de 186 mil pessoas, devido a geração de 311 mil postos de trabalho, número esse superior ao de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho na região, o que chegou a aproximadamente 125 mil pessoas. Com tudo a taxa de participação se manteve relativamente estável, passando de 63,5% para 63,4%.

Ainda de acordo com o site:

O nível de ocupação aumentou 3,4%, crescimento pouco inferior ao verificado no mês anterior, nessa base de comparação (Gráfico IV). Ampliaram-se os contingentes de ocupados na Indústria (166 mil, ou 10,6%), nos Serviços (78 mil, ou 1,6%), no Comércio (50 mil, ou 3,4%) e no agregado Outros Setores (17 mil, ou 1,6%).

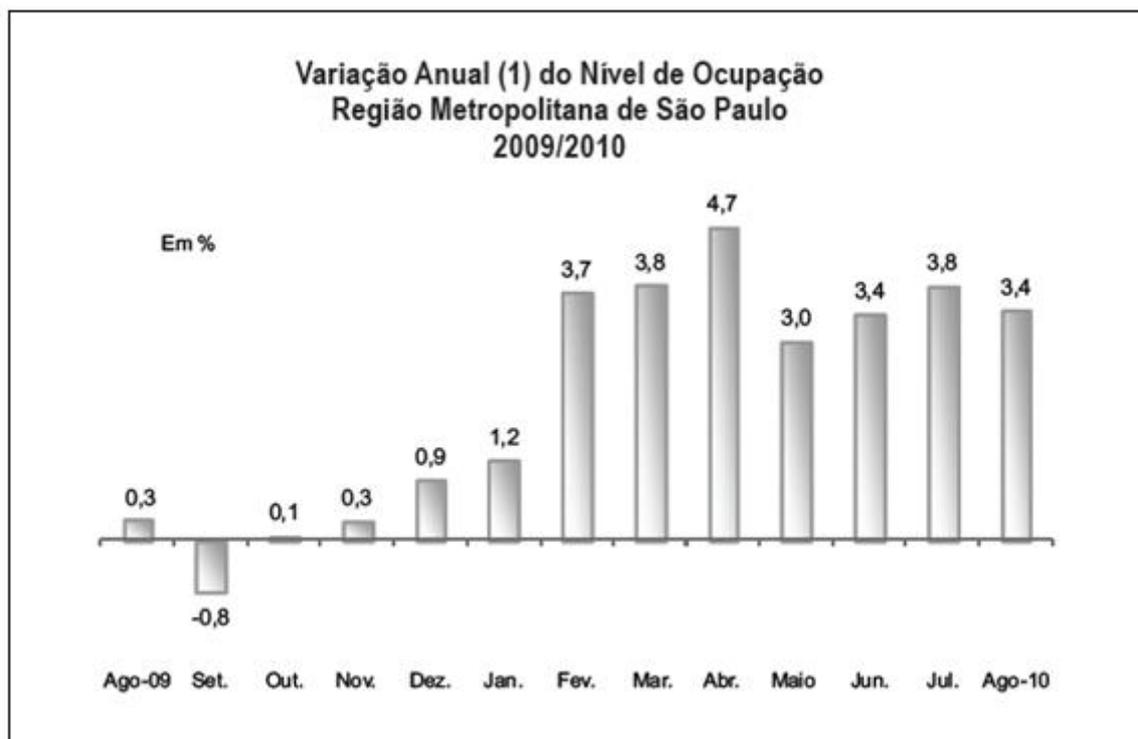


Gráfico 4: Variação anual do nível de ocupação.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

O site relata que o número de empregados total aumentou 4,2%, devido a um crescimento no setor privado de 5,8%, o que fez com que compensasse o retraimento no setor público, 8,2%. Na iniciativa privada, elevaram-se os contingentes de assalariados que possuíam carteira de trabalho assinada, chegando a um percentual de 6,2%, por sua vez, os que não possuíam a carteira de trabalho assinada, 4,3%. Desta forma, cresceu o número de trabalhadores que se enquadravam nas demais posições de ocupação, chegando a 4,2% e por sua vez, os autônomos mantiveram-se relativamente estável, com um percentual de 0,1%.

O site informa que no período entre de julho de 2009 e julho de 2010, a média de rendimento real dos ocupados subiu para 3,1% e dos assalariados diminuiu 0,8%. A gama de rendimento dos ocupados chegou a 6,4%, como podemos ver no gráfico abaixo, por conta da expansão do nível de ocupação e do rendimento médio. Elevou-se também a massa salarial para 4,2%, devido ao nível de emprego ter sofrido um aumento, uma vez que o salário médio tenha reduzido.

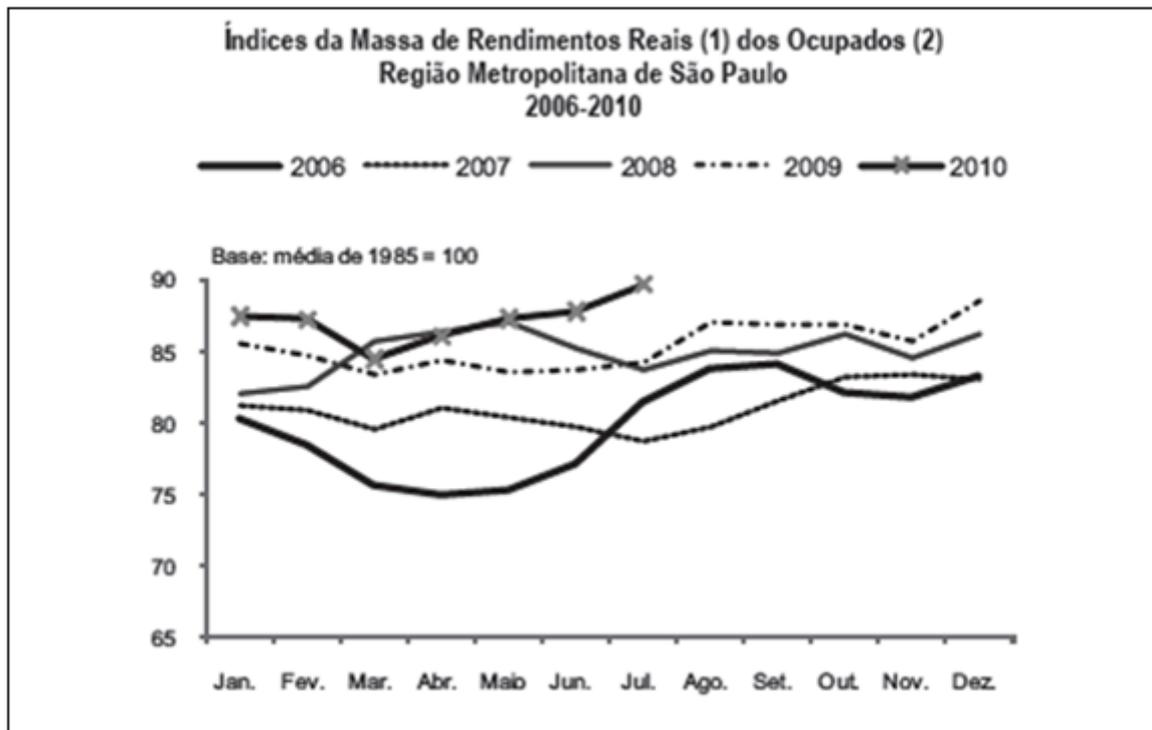


Gráfico 5: Índices da massa de rendimentos reais dos ocupados.

Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

## **11 BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL**

Conforme o site do próprio banco relata o BNDES (2010), ou seja, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social trata-se de uma empresa pública federal. Tem como principal objetivo a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, contando com uma política de abrangência social, regional e ambiental através do seu principal instrumento que hoje é o financiamento de longo prazo.

O site ainda informa que o banco foi fundado em 1952, e tem como destaque o apoio às pequenas, médias e grandes empresas que atuam em diversas áreas como agricultura, indústria, infra-estruturar, cultura, comércio e serviços. Educação, saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano, são linhas de investimentos sociais na qual o Banco tem direcionado seus investimentos. Esses apoios aos investimentos são feito através de incentivo por parte do Banco em financiar os projetos de investimentos, aquisição de máquinas e equipamentos e exportação de bens e serviços. Contudo o Banco também atua com o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e direciona financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

O site ainda informa que o BNDES (2010) tem a sua diretoria composta por oito membros, o presidente Luciano Coutinho, vice-presidente Armando Mariante Carvalho, e seis diretores distribuídos nas áreas administrativas. Esses cargos são ocupados por pessoas nomeadas pelo presidente da República.

De acordo com o site do BNDES:

O apoio do BNDES à indústria é fundamental para desenvolver, ampliar e diversificar as fontes de recursos no país e no exterior, além de aquecer a economia e gerar empregos e renda. As ações do Banco para estimular o crescimento industrial do país visam dar conta de três grandes desafios: ampliar a capacidade produtiva da indústria e do setor de serviços; aumentar as exportações; e elevar a capacidade de inovação, fator essencial para o crescimento em um mundo globalizado.

O site ainda relata que sendo assim, o BNDES (2010) tem como objetivo fomentar projetos de investimentos que visem à ampliação do parque industrial e o setor agropecuário brasileiro. Com o apoio as fábricas de bens de capital oferecem condições atrativas para incentivar o investimento no setor. As indústrias brasileiras contam também com o apoio financeiro do Banco para a importação de equipamentos e máquinas novas. Há condições especiais também para as micro, pequenas e médias empresas.

Ainda conforme o site, entre as ferramentas de apoio o BNDES faz uso do financiamento em longo prazo, subscrição de valores imobiliários e prestação de garantia, atuando através de produtos e fundos, de acordo com a modalidade e a característica da operação. O financiamento, valores mobiliários e garantias, compõem os três mecanismos de apoio que podem ser combinados em uma mesma operação financeira, a critério do BNDES. Os programas de financiamento também podem se vincular a mais de um produto e visam atender as demandas específicas, com a apresentação de prazo de vigência e dotação previamente estabelecida.

De acordo com o site DO BNDES (2010), dentre os principais mecanismos de apoio do Banco a indústria o site informa que:

Alguns Produtos do BNDES se dividem em Linhas de Financiamento, com finalidade e condições financeiras específicas. A critério do Banco, um projeto de investimento pode se beneficiar de uma combinação de Linhas de Financiamento, de um mesmo ou de diferentes Produtos, de acordo com o segmento, a finalidade do empreendimento e os itens a serem apoiados.

O site ainda informa que entre os produtos que podem ser usados no apoio à indústria existe o BNDES FINEM, financiamento de valor superior a R\$ 10 milhões, a projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos. O BNDES atua no âmbito do FINEM, para o apoio de investimentos no setor industrial é realizada através das linhas de investimentos.

Ainda de acordo com o site, o BNDES tem como compromisso histórico o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em conjunto com os desafios mais urgentes da dinâmica social e da economia contemporânea.

## 11.1 PROJETOS SETORIAIS

De acordo com o site da APEX-Brasil (2010), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, tem como objetivo fomentar as exportações de produtos e serviços brasileiros, além cumprir o seu papel em internacionalizar e atrair investimentos estrangeiros para as empresas do Brasil. Essa agência foi criada em 2003 pelo governo, conta com um serviço social autônomo e é ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Ainda de acordo com a APEX- Brasil (2010), ela visa formular estratégias, além de produzir estudos de inteligência comercial e competitiva para orientar as empresas nacionais que tenham interesse em atuar no mercado internacional. Desta forma a agência apóia mais de 10 mil empresas em 79 setores da economia brasileira, que em 2009 foram responsáveis por 16,82% da pauta exportadora do país. A agência faz uso de vários centros de negócio espalhados pelo mundo, auxiliando as empresas brasileiras a emergirem no processo de internacionalização. Esses centros de negócios atuam como base de apoio auxiliando na atratividade de investidores estrangeiros no mercado nacional.

Conforme o site relata (2010), a APEX-Brasil atua com projeto setorial integrado, também conhecida por PSI, está entre seus atributos organizar diversas ações de promoção comercial, tais como missões prospectivas e comerciais, rodadas de negócios, apóio a participação de empresas brasileiras em grandes feiras internacionais e auxiliar a visita de compradores estrangeiros, entre outros projetos e ações.

O site ainda informa que a APEX-Brasil (2010), auxilia na atração de investimentos estrangeiros diretos, mais conhecidos como IED, visando às oportunidades de negócios nas promoções de eventos estratégicos e garantindo apoio ao investidor estrangeiro durante o processo no Brasil. O principal objetivo é atrair capitais produtivos de empresas estrangeiras que possam incorporar inovações tecnológicas e modelos modernos de gestão de negócios e fortalecer a cadeia produtiva no país, com impactos diretos na geração de empregos e na ampliação do montante e diversificação da pauta exportadora do Brasil.

Faz parte do foco da APEX-Brasil a internacionalização das empresas brasileiras em todas as suas fases, desde o período de pré-exportação até a instalação de subsidiárias no exterior.

Ainda de acordo com o site da APEX-Brasil (2010), entre os segmentos de máquinas e equipamentos apoiados pela APEX-Brasil estão os de setores gráficos, têxtil, agrícola, fornos e estufas industriais, equipamentos navais e de exploração *offshore*, e outras diversas máquinas e equipamentos.

## 12 DOENÇA HOLANDESA

De acordo com o Eduardo Pocetti (2010) no site *brasileconômico*, a Doença Holandesa, originalmente conhecida como *Dutch disease*, é um conceito econômico que se originou devido ao ocorrido na década de 1960, momento o qual a Holanda se encontrou como grande beneficiada após a descoberta de diversas reservas de gás natural, o que fez com que o preço das commodities subisse bastante naquele período, fazendo com que a receita das exportações aumentasse dessa maneira a valorização da moeda local, o florim, foi inevitável. Porém, o que até o momento parecia uma oportunidade vantajosa de crescimento econômico se tornou em um verdadeiro pesadelo, pois o florim se desvalorizou a Holanda perdeu seu poder de competitividade junto ao mercado externo, exemplo ocorrido no setor de manufaturados.

O autor ainda relata que essa teoria comprova que quando houver um aumento da receita decorrente da exportação de recursos naturais irá ocorrer a desindustrialização em uma nação, devido a valorização cambial. Embora seja comum usar como referência os segmentos de recursos naturais, pode também se referir a qualquer outro desenvolvimento que cause um grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, como exemplo o aumento dos recursos naturais, assistência internacional ou a grande quantidade de investimentos estrangeiros. “Nossa exuberância na exportação de commodities, que tende a ganhar força a partir da exploração do pré-sal, e o que motiva esse tipo de preocupação”, relata Eduardo Pocetti (2010).

De acordo com o autor, o Brasil não corre o risco de sofrer com a doença holandesa, muito menos com a intensidade ocorrida em países exportadores de petróleo. “Continuamos a aumentar a produção industrial e a exportação, e as empresas industriais estão realizando investimentos e expandindo seus negócios”, comenta o autor.

De acordo com Ricardo Leopoldo (2010) no site do jornal O Estado de São Paulo, o economista John Nash disse em entrevista ao jornal que os recursos captados através das exportações de commodities trabalhem de forma eficiente nos fundos de estabilização financeira. “Um dos segredos para uma boa gestão das

receitas com essas vendas externas é a diversificação de produtos negociados no exterior”, comentou o economista.

Leopoldo (2010) ainda relata que de acordo com John Nash, o Brasil é um país que pode ser tomado como exemplo, pois soube utilizar uma vasta variedade de mercadorias vendidas para os outros países. O exemplo disso ocorreu na década de 1960, quando o café era o principal produto exportado pelo Brasil e representava 53% do total das vendas externas na época. No ano de 2006 o café não constava na lista entre as principais mercadorias vendidas, posto ocupado pelo minério de ferro, que respondeu por apenas 7% das exportações totais do ano. O autor compara com o exemplo da Venezuela, que em 1962 tinha 67% das exportações concentradas em petróleo e em 2006 o percentual passou para 92%.

No entanto, de acordo com Luiz Carlos Bresser Pereira (2007), em seu site [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br) existe uma inquietação no que diz respeito ao agronegócio, embora haja um grande desenvolvimento nesse segmento, o que para o país é motivo de orgulho, não se deve deixar de lado as questões de análises que possam tornar-se até desastrosas no que diz respeito às políticas nacionais e internacionais que favoreçam esse determinado setor agroindustrial.

O autor relata que:

Quando nos defrontamos com qualquer problema, o princípio do equilíbrio é fundamental. Temo, porém, que estejamos esquecendo quando colocamos todas as nossas esperanças na produção baseada em recursos naturais e, em conseqüência, adotamos uma política de taxa de câmbio que está desindustrializando o país, quando a posição equilibrada seria a de garantir o crescimento equilibrado dos dois setores. (BRESSER, 2007).

Em outro artigo, no seu próprio site, Luiz Carlos Bresser Pereira diz:

Uma doença holandesa moderada e a conseqüente desindustrialização são evidentes. Nega-se o fato porque no momento em que isto for reconhecido não restará alternativa senão mudar a política cambial. (BRESSER, 2007).

Ainda de acordo com o autor Bresser-Pereira (2009), porém em um artigo ao jornal Valor Econômico, a gravidade da doença holandesa presente em cada país pode ser medida através da diferença entre duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa corrente que equilibra a conta referente às transações correntes, e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, ou seja, a necessária para que as empresas industriais sejam viáveis quando se utiliza de tecnologia mais moderna. No que se

refere aos países que ainda não se industrializaram como é o caso da maioria dos países exportadores de petróleo, a doença holandesa significa baixo crescimento e contínua pobreza em um país industrializado como o Brasil. “A sobreapreciação é causa de desindustrialização mesmo com a conta corrente equilibrada”. Afirma o autor.

O autor complementa que, quando um determinado país que contenha a doença holandesa entra em déficit em conta corrente, isso se deve à “política de crescimento com poupança externa” ou então às operações de “*carry and trade*”. No Brasil, país o qual não se limita a essas duas práticas e não se neutraliza a doença holandesa, já está sendo vítima de desindustrialização. Não se trata de forte desindustrialização, comparado com países exportadores de petróleo. Uma vez que a doença holandesa está associada também a baixos salários em determinados setores industriais de baixa tecnologia, os setores que mais sofrem com a doença holandesa são aqueles que contam com um nível elevado, tecnologicamente falando e, portanto, de maior valor adicionado per capita. Esses setores fazem parte do segmento que mais deveriam alavancar o processo de desenvolvimento econômico no país, justamente por ser um segmento que gera progresso tecnológico, porém são os que menos se desenvolvem.

Ainda segundo Bresser Pereira, no Brasil, os analistas não confirmam a existência da doença holandesa no país, justamente por ser característica de países exportadores de petróleo. Para esses analistas, o país continua desenvolvendo a sua produção industrial e suas exportações.

Conforme o autor:

Além disso, como o mercado interno cresceu muito devido às políticas distributivas do governo, esses analistas vêem que as empresas industriais estão investindo, e novamente se recusam a reconhecer a desindustrialização. Não obstante, enquanto a China se transforma na fábrica do mundo e a Índia, na produtora de softwares, o Brasil vai gradualmente se transformando na fazenda do mundo. (BRESSER, 2010).

O Autor ainda relata que o Brasil foi o país que cresceu no mundo entre 1930 e 1980. Isso aconteceu devido à neutralização da doença holandesa através da imposição de uma retenção nas exportações de bens primários, na época conhecido como “confisco cambial” e também através de uma rígida administração da taxa de câmbio. A partir de 1990, após a abertura comercial, e principalmente financeira,

essa neutralização deixou de acontecer. No período de 2002 a 2008, com a alta nos preços das commodities exportadas pelo Brasil fez com que o setor de agronegócio se encontrasse em crescimento, o que fez com que piorasse a situação da doença holandesa.

Ainda segundo o autor:

A doença holandesa é fruto das rendas ricardianas originadas de recursos naturais baratos e abundantes que, em princípio, são uma benção para o país, mas se transformam em uma maldição se o país não impede a sobreapreciação da moeda nacional que vem com a doença holandesa. (BRESSER, 2010).

Conforme o autor relata, enquanto a sociedade brasileira não se der conta dessa postura antinacional, o governo não se sentirá pressionado e com forças suficientes para adotar uma política mais decisiva de administração de taxa de câmbio e da neutralização da doença holandesa. Por conta disso, as taxas de crescimento per capita do Brasil continuarão a ser praticamente a metade da observada nos países asiáticos dinâmicos.

O autor conclui ainda que:

Teremos algumas euforias, como a que está voltando a ocorrer hoje, mas esses períodos de prosperidade aparente e efêmera não serão suficientes para levar o Brasil a crescer de forma sustentada no longo prazo. (BRESSER, 2010).

## 12.1. Reprimarização

De acordo com Régis Bonelli (2010) no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br) está ocorrendo uma reprimarização da pauta de exportações, ou seja, as exportações estão cada vez mais concentradas em produtos básicos, agropecuários e commodities industriais, em geral, mercadorias de baixa tecnologia. “Não poderia deixar de ser diferente porque quem está crescendo no mundo é a China e alguns países asiáticos, que puxam os preços das commodities”, relata o autor.

Ainda conforme Régis Bonelli (2010), as exportações de produtos manufaturados, por sua vez, não está bem devido ao fato de que a América Latina, os Estados Unidos e a Europa, que são os principais compradores desses produtos,

não estão em uma situação econômica vantajosa. Sem contar que países do leste asiáticos, como a China e Índia, são compradores de commodities.

O autor ainda afirma que:

É difícil saber até quando irá ocorrer a reprimarização da pauta, mas isso não é um fenômeno inevitável e não está diretamente relacionado à taxa de câmbio. Além do mais, a taxa cambial é uma variável endógena na economia; não se manipula o câmbio diretamente. O correto é criar condições para que ele se desvalorize se for necessário. (BONELLI, 2010).

Ainda de acordo com o autor, não está ocorrendo uma reprimarização no setor industrial, uma vez que os investimentos nos setores industriais continuam fortes, o que não justifica dizer que alguns setores estejam perdendo o dinamismo. Isso vem sempre acontecendo, uma vez que nem toda a indústria de move com a mesma intensidade e nem sempre na mesma direção. “Isso não quer dizer que esteja havendo uma reprimarização da pauta de produção. Acredito que tudo isso é temporário”, relata o autor. Esses processos tendem a se corrigirem com o decorrer do tempo. No ano de 2009, o Brasil passou pelo auge do processo de reprimarização da pauta, porém a indústria está indo muito bem, com estimativa de crescimento superior a 10%.

Conforme Lisandra Pereira Lamoso (2010), em seu artigo para a Associação dos Geógrafos Brasileiros:

O movimento de “reprimarização” foi afetado pela crise financeira em 2008 e ainda não sofreu os reflexos das recentes ações do Governo, como a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e as ações diretas da nova política industrial no sentido de reverter esse movimento.

De acordo com Reinaldo Gonçalves (2010) em entrevista a Revista do Instituto Humanistas Unisinos no site [www.ihunonline.unisinos.br](http://www.ihunonline.unisinos.br):

Há um nítido processo de reprimarização na economia brasileira com o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento da indústria de transformação. (GONÇALVES, 2010).

O autor ainda relata que o processo de desindustrialização deixa o lugar para o processo de “reprimarização”, ou seja, “o maior avanço relativo é o da indústria extrativa mineral”. Afirma o autor.

Ainda de acordo com Reinaldo Gonçalves (2010), a política macroeconômica, voltada para os juros altos, câmbio flexível e superávits primários, favorecem o processo de rereprimarização.

O autor ainda relata que:

O principal resultado desta política é o viés restritivo que faz com que, no passado recente, a economia brasileira tenha fraco desempenho comparativamente a outros países em desenvolvimento e ao seu próprio histórico. (GONÇALVES, 2010).

Para Reinaldo Gonçalves (2010) toda a concentração de financiamento para a infraestrutura orientada voltada para a produção e exportação de commodities reforça ainda mais o modelo liberal periférico e a reprimarização. Para o autor, a política de financiamento do BNDES consolida os “campeões nacionais” e faz com que haja uma centralização do capital e enfraquece a democracia, fazendo com que os principais grupos econômicos sejam os principais beneficiados do programa de financiamento.

## 13 DESINDUSTRIALIZAÇÃO

### 13.1 Conceito

Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1999), o conceito clássico de desindustrialização se define pela redução do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Neste conceito os países de primeiro mundo teriam passado por um processo de desindustrialização a partir da década de 1970 e na década de 1990 a América Latina, coincidindo com o período de implantação das políticas liberalizantes associadas ao consenso de Washington.

Já a autora Tregenna (2009), define a desindustrialização de forma mais ampla, como sendo uma situação na qual o emprego industrial e o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB.

Ainda segundo a autora existem duas observações a serem feitas sobre os conceitos mencionados. A primeira observação seria que uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está parada ou em decadência, e sim quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos ou de valor adicionado para uma determinada economia. Na segunda observação também quanto ao conceito, diz que a desindustrialização não está necessariamente associada a uma reprimarização, mas sofre efeito sobre a participação da indústria no emprego e no valor adicionado podendo se reduzir em função da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho. Se assim for, afirma o autor que a desindustrialização pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado na pauta de exportações.

Para Bresser Pereira (2010), caso a desindustrialização aconteça pelo segundo conceito apresentado, ou seja, pela reprimarização (processo de reversão da pauta exportadora na direção de commodities, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado ou baixo conteúdo tecnológico), seriam sintomas da “doença holandesa” como já conceituado no capítulo anterior. Nesse caso, a desindustrialização é classificada como negativa, pois é o resultado de uma falha de mercado na qual existe descoberta de recursos naturais escassos, com preços de mercado elevado em relação ao custo marginal de produção.

## 13.2 Causas e Conseqüências

Segundo Levi Bucalem Ferrari (1996), a desindustrialização seria uma das conseqüências do neoliberalismo. Para ele os neoliberais menosprezam o papel do Estado na indução ao desenvolvimento e na prática de políticas sociais que asseguram aos mais pobres a esperança de um dia serem cidadãos. Neste contexto ainda afirma o sociólogo e cientista político: “Crescem a concentração de riquezas, o desemprego, a miséria e a exclusão social, enquanto a desindustrialização e as privatizações a qualquer custo comprometem a soberania das nações.” (Resumo de palestra proferida durante Simpósio sobre "O Neoliberalismo no Brasil" da 48ª Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – São Paulo, PUC, 09/07/1996).

Para os autores Rowthorn e Ramaswany (1999), a desindustrialização pode ser causada por fatores internos e externos a uma determinada economia. Sendo basicamente esses fatores, a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços; e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços. Assim o processo de desenvolvimento econômico levaria naturalmente todas as economias a se desindustrializar a partir de certo nível de renda per capita. Isso porque a elasticidade renda da demanda de serviços tende a crescer com o desenvolvimento econômico, tornando-se maior do que a elasticidade renda da demanda por manufaturados.

Para José Luis Oreiro e Carmen Feijó (2005), os fatores externos que induzem a desindustrialização estão relacionados ao grau de integração comercial e produtiva das economias, ou seja, com o estágio alcançado pelo assim clamado processo de globalização (já conceituado no capítulo 02). Nesse contexto, diferentes países podem se especializar na produção de manufaturados como o caso da China e da Alemanha, ou na produção de serviços como nos Estados Unidos e Reino Unido. Além disso, alguns países podem se especializar na produção de manufaturados intensivos em trabalho qualificado, ao passo que outros podem se especializar na produção de manufaturados intensivos em trabalho não qualificado.

Esse padrão de desenvolvimento gera uma redução do emprego industrial no primeiro grupo e um aumento do emprego industrial no segundo grupo.

Afirma Feijó (2005), que a relação entre a participação do emprego da indústria e a renda *per capita* pode ser afetada pela doença holandesa. Assim a abundância de recursos naturais pode induzir a uma redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado por intermédio da apreciação cambial, a qual resulta em perda de competitividade da indústria e déficit comercial crescente da mesma.

Segundo entrevista do economista Rubens Ricupero (2007), concedida a IHU On-Line, a desindustrialização causada pela doença holandesa pode também ser denominada de desindustrialização precoce. Sendo assim, os países afetados iniciam o seu processo de desindustrialização sem terem alcançado o ponto de maturidade de suas respectivas estruturas industriais e, portanto, sem ter esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento econômico que são permitidas pelo processo de industrialização.

Ainda segundo o economista, é importante fazer outra distinção sobre a desindustrialização, a absoluta e a relativa. Na desindustrialização absoluta, a indústria reduz de tamanho em termos absolutos comparados ao passado, a exemplo do que aconteceu na Argentina que em determinado período perdeu 15 mil empresas. E na desindustrialização relativa, como ocorre no Brasil, é feita uma comparação das indústrias nacionais com as de outros países, como as da China, Índia e países Asiáticos.

Segundo dados fornecidos pelas pesquisas da Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento (UNCTAD), afirma que o que caracteriza uma economia que reduz a distancia e a separa das economias avançadas e capitalistas, é a capacidade de agregar valor ao produto industrial. Não é nem a exportação de manufaturados e nem mesmo a exportação de manufaturados de alto conteúdo tecnológico. O Brasil, por exemplo, sofre da chamada indústria maquiadora, ou seja, o país tem índices de exportação, mas a base principal é na linha de montagem há exemplo do que ocorre na industrial automobilística.

Segundo a instituição da administração pública e federal, o IBGE, em seus estudos minuciosos aponta que de quase quarenta setores industriais, poucos mostram aumento do valor sendo quase todos relativos a recursos naturais, como o

refino do petróleo, papel e celulose; enquanto os setores de tecnologia elevada, como eletrônicos, automóveis, caminhões, ônibus, estão atravessando um período de grave desindustrialização, visando o conceito de que os mesmos continuam produzindo porém com insumos importados do exterior.

Após conceituar e definir as causas da desindustrialização tornou-se necessário observar suas conseqüências. Segundo os economistas capitalistas Thirwall (2002) e Tregenna (2009), são algumas das conseqüências da desindustrialização:

- A abertura às importações, pois se comparam qualidade e preço dos produtos importados;
- Os efeitos de encadeamento, no movimento vão e vêm na cadeia produtiva são mais fortes na indústria do que nos demais setores da economia;
- A maior parte do progresso tecnológico que ocorre na economia é difundida a partir do setor manufatureiro;
- A elasticidade na renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade na renda das importações de commodities e de produtos primários.

### **13.3 Desindustrialização no Brasil**

Segundo a Revista Investmais (2010), em seu artigo “Crescimento Certo em 2010, a desindustrialização se tornou tema de debate entre economistas e empresários do Brasil, dividindo conceitos, opiniões e aplicações. O foco do debate seria sobre a causa da desindustrialização, que supostamente é provocada pela valorização do real, recorde nas importações e insatisfação de associações industriais com organizações em dificuldade.

Para Marquetti (2002), um dos pioneiros no estudo da desindustrialização na economia brasileira, aponta segundo suas pesquisas que a economia nacional nos anos de 1980 a 1990 passou pelo processo de regressão industrial perdendo índices na participação do emprego e no valor adicionado. Sendo isso conseqüência do baixo investimento em maior parte na indústria, e em menor escala nos outros setores do país, assim o resultado foi negativo, estando associado à transferência

de recursos e de trabalho da indústria com menor produtividade do trabalho, ocasionando uma queda representativa no crescimento do produto potencial ao longo prazo.

A análise do economista Régis Bonelli (2010), em relação ao estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) sobre “Desindustrialização no Brasil”, é de que o país sofre sim um risco de se desindustrializar, porém remota. Afirma que existe uma tendência de perda de importância da indústria no produto interno bruto (PIB), mas essa relação é mundial e de acordo com os indicadores do IBGE, a taxa de emprego subiu em 15 das 18 regiões, as horas trabalhadas aumentaram, assim como os investimentos, faturamento e ocupação das fábricas.

Para o colunista da Home Ig, Guilherme Barros (2010), baseado na carta “A desindustrialização brasileira em debate” do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), o Brasil desde 1970, passou por um processo de industrialização acima do esperado e, que agora esta entrando na média observada pela economia dos países subdesenvolvidos, entretanto não existe desindustrialização no país. “Por outro lado, no período mais recente, e, especialmente, na saída da turbulência global, há sinais novos de possível perda de competitividade industrial”. (IBRE, Fundação Getulio Vargas, Carta “A desindustrialização brasileira em debate”).

Segundo os estudos realizados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o Brasil estaria passando por uma mudança na produção distinta, reduzindo na estrutura produtiva sua participação da atividade manufatureira.

Se, na média do período 1972/1980, respondia por 30% do valor adicionado (VA) total, em 2007, respondia por 23,7%, 6,3, pontos percentuais a menos. Ou seja, ocorreu uma desindustrialização relativa na economia brasileira. Isso, considerando a referida base de dados que trabalhava com valores constantes de 1990 (em dólar). (Carta IEDI N.403, 2010 apud JOSÉ LUIS OREIRO, 2010).

Ainda pelo estudo do IEDI, as considerações seriam que:

(...) a indústria brasileira, muito embora tenha se fragilizado e perdido oportunidades de ouro nas últimas décadas, conserva uma estrutura industrial de traço forte e diversificado e, a despeito de todo o seu atraso relativo com relação a outros países emergentes, se mantém no “mapa industrial mundial”. Em outras palavras, preserva condições de retomar a liderança do crescimento e da transformação que caracterizam, juntamente com a sustentabilidade social e ambiental, o desenvolvimento econômico que se espera para o Brasil”. (Carta IEDI N.403, 2010 apud JOSÉ LUIS OREIRO, 2010).

Já Nassif (2008), aponta argumentos contrários a desindustrialização no Brasil, baseado em uma análise da composição do valor adicionado na indústria nacional, por tipo de tecnologia no período de 1996 a 2004, afirma:

Não se pode falar que o Brasil tenha passado por um processo de desindustrialização porque não se assistiu a um processo generalizado de mudança na realocação de recursos produtivos e no padrão da especialização dos setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e science-based para as indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho. (Nassif, 2008).

Ainda de acordo com o autor, pode ser observada uma estabilidade representativa da estrutura industrial brasileira no período, descartando qualquer tipo de conceito de desindustrialização aplicada no Brasil; pois no período de 1996 a 2004 a participação no valor adicionado da indústria dos setores em recursos naturais e em trabalho passou de 46,26% para 49,79%, respectivamente, e em relação à conjuntura dos setores intensivo em escala, diferenciado e baseado em ciência e tecnologia passou de 53,72% para 50,15%, também analisada no mesmo período.

Segundo o informativo eletrônico, publicado pela FIESP (2010) de acordo com dados divulgados pelo ministério de desenvolvimento, a balança comercial brasileira registrou saldo negativo no período de 27 a 30 de outubro. Abaixo, tabela com os resultados da balança comercial em 2010, até apuração da pesquisa:

Balança Comercial Brasileira			
Período de referência: 5ª semana de setembro			
Critério: média por dia útil			US\$ milhão (FOB)
Balança Comercial Brasileira	Exportações	Importações	Saldo
A - Setembro de 2010	896,8	844,8	52,0
B - Setembro de 2009	660,1	597,8	62,3
Var. % - A / B	35,9%	41,3%	-16,5%

Balança Comercial Brasileira	Exportações	Importações	Saldo
C - 2010: até setembro	770,9	702,9	68,0
D - 2009: até setembro	597,8	484,6	113,2
Var. % - C / D	29,0%	45,0%	-39,9%

Critério: valor total			US\$ milhão (FOB)
Balança Comercial Brasileira	Exportações	Importações	Saldo
C - 2010: até setembro	144.929	132.152	12.777
D - 2009: até setembro	111.797	90.617	21.180
Var. % - C / D	29,6%	45,8%	-39,7%

Tabela 5: Balança comercial brasileira

Fonte: MIDIC

“Indústria perde competitividade e “rombo” na balança do setor cresce. Previsão do IEDI é de déficit comercial de US\$35 bilhões no ano. Balança total, no entanto, é positiva impulsionada por commodities”. (GUIMARÃES, 2010 G1). Explica Ligia Guimarães que a causa da desindustrialização no Brasil, se deve ao fato de que a indústria nacional tem importado muitos itens que antes eram produzidos no país devido ao cambio limitado, impostos, custos e tecnologia; e exportado menos.

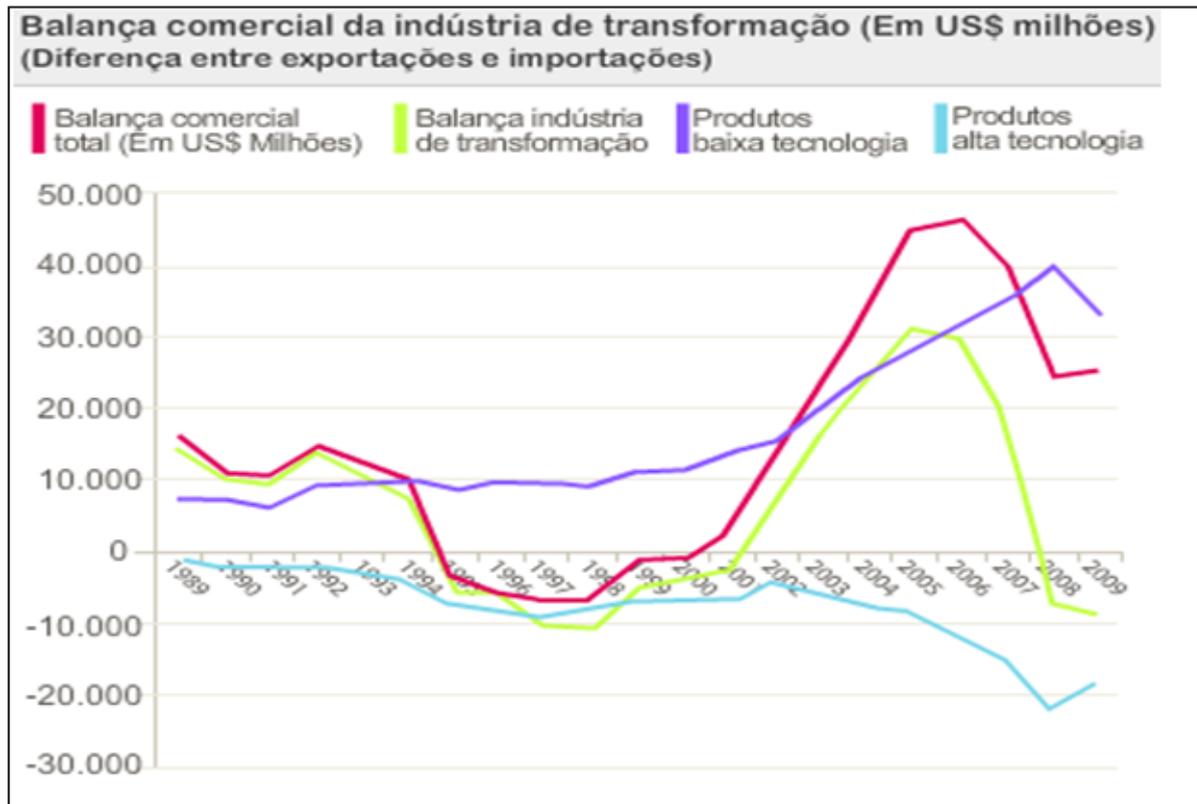


Gráfico 6: Balança comercial da indústria de transformação.

Fonte: Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Para Guimarães (2010), segundo os dados coletados pelo IEDI as empresas que fabricam produtos com maior nível tecnológico, sofrem prejuízos maiores na balança comercial, enquanto as empresas que trabalham com exportação de produtos de baixa tecnologia (matérias-primas, insumos, soja e petróleo) estão em alta no mercado. Os dados apontam a superação neste setor de importação de baixa tecnologia US\$36 bilhões, enquanto no setor de media e alta tecnologia o saldo foi negativo em relação ao mesmo período.

Afirma o economista chefe do IEDI, Rogério César de Souza (2010), em relação a análise da reportagem de Ligia Guimarães; “Isso porque o Brasil é muito competitivo no setor de commodities agropecuárias, setor em que temos muito domínio tecnológico, somos muito competitivos e há demanda mundial o que nos habilita a entrar no mercado a despeito do cambio.”

Conclui Evaldo Alves, professor de economia da FGV, que nossos produtos acabam ficando mais caros lá fora em função da desvalorização do cambio, e nossa relação de competitividade acaba se tornando complexa. O professor ainda ressalta

que além do cambio, o custo Brasil é elevado, o que também acaba influenciando em todas as fases de produção e exportação; porém o país é muito competitivo no setor de commodities, explicando assim o fato da balança comercial brasileira se manter positiva até agora, fato que deixou muitas dúvidas em relação a questão da desindustrialização ou não do Brasil.

De acordo com Oreiro (2010) o ex-candidato do PSDB a presidência da republica do Brasil, Jose Serra, em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, argumentou sobre os artigos sobre a desindustrialização escritos por autores como; Marquetti (2002), Bonelli (2005), Feijó (2005) e Almeida (2006). Para Serra “O Brasil está se desindustrializando” (Oreiro, p. 1, 2010). E para justificar sua afirmação, diz que segundo os dados apresentados por Almeida (2006):

A participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB do Brasil se reduziu de 32% em 1985 para 23% em 2005, ou seja, uma queda de 09 p.p em 20 anos. De 2005 a 2008 o valor adicionado da indústria de transformação tem crescido sistematicamente abaixo do PIB brasileiro, dando continuidade ao processo de desindustrialização da economia brasileira. (ALMEIDA 2006, apud SERRA, 2010 apud OREIRO, p. 1, 2010)

Ainda em entrevista ao Roda Viva, Serra anuncia como proposta em sua campanha eleitoral, que para trata sobre a desindustrialização serão necessárias mudanças entre as políticas fiscais e monetárias e implementação de medidas que eliminem a tendência na apreciação da taxa de cambio.

De acordo com o site ABINEE (2010) em entrevista publicada no jornal O Estado de São Paulo, Humberto Barbato presidente da ABINEE , afirma que a indústria eletroeletrônica é uma das mais atingidas pelo processo de desindustrialização e propõe algumas mudanças entregues em um documento ao ministro Guido Mantega, na tentativa de sanar o declínio industrial.

(...) reivindicando medidas compensatórias ao cambio desajustado. Entre elas, destaca-se a desoneração da contribuição patronal ao INSS e ao Sistema S da parcela exportada da produção dos bens de GTD e Equipamentos Industriais, nos moldes da indústria de software, (...). Outra proposta é restringir a isenção do imposto de importação somente aos produtos do setor elétrico que não tenham similar de origem nacional. (ABINEE, 2010).

De acordo com os dados publicados no site do IBGE (2010), referente ao mês de setembro de 2010, comparado ao mês de agosto do mesmo ano; houve uma variação negativa de 0,2% na produção industrial. Mas quando comparamos ao mês

de setembro de 2009, nota-se uma elevação na produção de 6,3%, porém mesmo assim é a menor porcentagem de crescimento quando é analisado o trimestre total. Para melhor entendimento, segue gráfico abaixo:

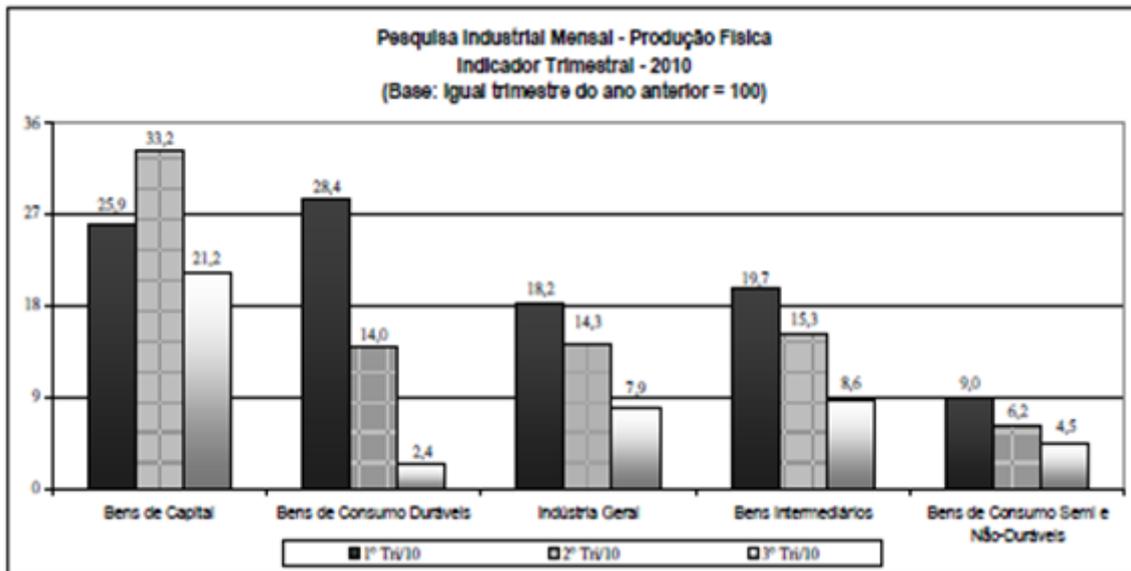


Gráfico 7: Pesquisa industrial mensal – produção física.

Fonte: IBGE.

Em análise ao gráfico acima, os resultados se mostram positivos em quase todos os segmentos industriais se comparados ao trimestre de 2009, mas destaca-se uma redução na intensidade do crescimento nos índices dos meses anteriores, o que acaba refletindo na diminuição do ritmo produtivo. Concluindo, o índice mostrado e analisado no gráfico aponta uma redução de expansão no 1º período de 18,2%, para o 2º período 14,3% e para o 3º período de 7,9% em 2010.

Ainda de acordo com o IBGE (2010), em consequência da queda na produção industrial, o emprego no setor industrial também se apresentou em declínio no mês de setembro. Conforme gráfico abaixo:



Gráfico 8: Mostra de dados da indústria em 2010.

Fonte: IBGE

Para Eugenio Melloni (2010), a indústria brasileira está perdendo sua competitividade, diminuindo suas exportações e aumentando suas importações. A causa se deve ao câmbio sobrevalorizado e a falta de incentivos governamentais para ampliar a capacidade de produção e de exportações.

Segundo o diretor titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DEREX), Yoshiaki Nakano (2010, p.23 e 24):

Com as reservas cambiais acumuladas, esse déficit ainda não é um problema. Mas é preciso lembrar que o setor manufatureiro terá um enorme déficit. E mesmo esse resultado depende do enorme superávit comercial proporcionado pelas exportações de produtos primários (commodities), cujos preços são sabidamente instáveis.

Analisando a trajetória do setor industrial brasileiro, afirma Bresser Pereira (2010, p.24) “Digo há vários anos que a economia brasileira vem se desindustrializando. Firmemente, inapelavelmente, enquanto, contra toda evidência, os economistas ortodoxos juram que não”.

Para explicar o processo de desindustrialização mencionado na citação acima, define Yoshiaki Nakano (2010, p.24):

A rigor estamos num processo de especialização regressiva da nossa estrutura produtiva; exportamos cada vez mais produtos primários de baixo valor agregado e importamos cada vez mais produtos de alto valor agregado, destruindo emprego e capacidade de produção doméstica.

Ainda destaca o autor, que esse processo está ocorrendo após um período de quase duas décadas de estabilidade, com sinais de crescimento entre os anos de 2002 a 2005, onde os índices começaram a apresentar sinais de regressão ocasionando o período assim denominado desindustrialização no setor industrial brasileiro.

### **13.4 Importação X exportação em pauta**

De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC) para o ano de 2001 a balança comercial apresentou um *superávit* de US\$ 2.642 milhões, as exportações somaram um total de US\$ 58.223 milhões enquanto as importações chegaram ao total de US\$ 55.581 milhões. Esse saldo positivo é o primeiro desde o ano de 1994. De acordo com o site, o valor das exportações para o ano de 2001 apresentou um aumento de 5,7% se comparado ao valor do ano anterior, alcançando uma margem histórica.

O site ainda relata que dentre os produtos exportados os grandes destaques foram os produtos básicos, com aumento de 22,1% e de manufaturados com 1,1% acima do ano anterior que era tido como recorde. Através de uma análise em relação às exportações brasileiras o site informa que todas as regiões, com exceção da região norte, apresentaram um crescimento das vendas ao exterior.

Conforme o site do MIDIC relata, após uma análise por grupo de produtos, o petróleo e seus derivados foi o segmento que mais contribuiu para alavancar as exportações do país no ano de 2001, alcançando uma receita no valor de US\$ 1.258 milhões. Na seqüência, outros grupos de destaque foram: a soja, com acréscimo de US\$ 1.100 milhões, logo em seguida o açúcar com US\$ 1.080 milhões, o segmento

de carnes com US\$ 952 milhões, fumo e sucedâneos alcançando o valor de US\$ 103 milhões.

O site ainda informa que nem todos os segmentos tiveram um *superávit* nas exportações, como ocorreram com os produtos metalúrgicos com declínio de US\$ 910 milhões, produtos químicos com saldo negativo de US\$ 437 milhões, o próprio café reduziu em US\$ 368 milhões, equipamentos mecânicos com declínio de US\$ 148 milhões e o minério que teve um saldo negativo de US\$ 127 milhões, todos esses valores comparados como ano de 2000. Mesmo assim o *superávit* compensou esses segmentos que não tiveram destaque positivo na balança comercial.

Ainda de acordo com o site do MIDIC, porém falando de importações, para o ano de 2001 houve um aumento no percentual de 8,8% em comparação com o ano anterior, contudo foi constatado um declínio em determinados segmentos, tais como: matérias-primas e intermediários com a margem de 3,9%, bens de consumo com uma redução de 3,7%. O site explica que para as matérias-primas e intermediários a queda teve seu motivo pela redução nas compras de produtos agropecuários não alimentícios, produtos minerais, produtos intermediários e produtos alimentícios primários.

O site do MIDIC ainda informa que para o ano de 2001 em comparação com o ano de 2000 no Brasil houve um aumento nas importações em relação aos três principais mercados fornecedores. Entre esses mercados o site destaca o aumento de 5,4% registrado pela União Européia e 3,8% de acréscimo apresentado pela Ásia.

Ainda de acordo com o site do MIDIC, comparando o mês de setembro no período de 2010 ao mesmo mês no período de 2009 houve um aumento de 35,9% das exportações. Representando o principal comprador dos produtos brasileiros, a Ásia aumentou seu percentual de compra em 44,1%, já para o MERCOSUL as exportações registraram um acréscimo de 53,9%, para o segundo maior comprador de produtos brasileiros, os Estados Unidos da América, representou um aumento de 25,2%, porém o site ainda informa que para esse mercado a pauta de exportação apresentou um declínio 0,8% em comparação com o ano anterior. A união Européia, terceiro maior comprador de produtos originários do Brasil, apresentou um aumento de 27,0% nas suas compras.

Conforme o site acima relata, no que diz respeito às importações o Brasil apresentou um aumento de 41,3% em relação ao ano anterior. Esse aumento é notado em todos os segmentos de produtos, tais como: bens de capital (50,4%), bens de consumo (47,9%), matérias-primas e intermediários (35,6%).

O site ainda informa que o aumento no setor de bens de capital se explica com o fato das aquisições de partes e peças para bens de capital do segmento agrícola, equipamento fixo de transporte, bens e equipamentos agrícolas, máquinas industriais, máquinas e ferramentas. Para o segmento de bens de consumo, o aumento é originário das compras de bens duráveis e não duráveis. Já para o setor de matéria prima e produtos intermediários o aumento engloba principalmente nas aquisições de produtos minerais, materiais de construção e produtos agropecuários não alimentícios.

Ainda de acordo com o site, o ano de 2001 fechou com a corrente de comércio com um saldo de US\$ 113.804 milhões, sendo US\$ 58.223 referente às exportações e US\$ 55.581 às importações, o que gerou um *superávit* no valor de US\$ 2.642 milhões.

Conforme o site do relata, o saldo da corrente de comércio entre os meses de janeiro e setembro de 2010 é de US\$ 277.085 milhões, sendo US\$ 144.929 referente às exportações e US\$ 132.156 pertinentes às importações, gerando um *superávit* de US\$ 12.773 milhões.

O site ainda informa através do gráfico IX que após a visível queda das importações, em comparação com as exportações, no período de 2002 a 2007, ano em que as importações iniciaram novamente um crescimento considerável, seguindo esse mesmo ritmo nos anos seguintes até o mês de outubro de 2010.

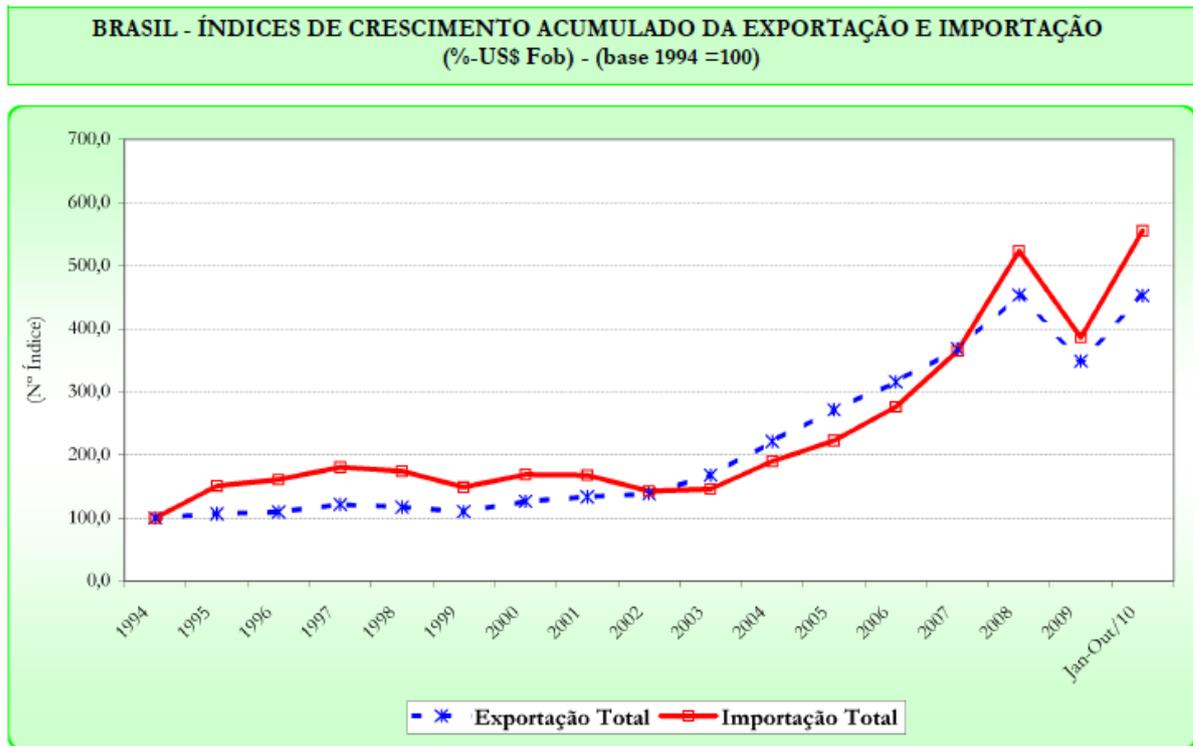


Gráfico 9: Índices de crescimento acumulado da exportação e importação.

Fonte: SECEX/SDP

### 13.5 Projeções para o Novo Governo

Segundo o atual ministro da Fazenda, Guido Mantega (2010), o Brasil estaria dentro da média mundial, não concordando com a questão da desindustrialização no país. E afirma que as manufaturas estrangeiras entram no Brasil com preços menores através de artifícios para obter vantagem cambial.

Para Raquel Landim (2010), a principal causa da desindustrialização é resultado da valorização excessiva do cambio ou da guerra cambial como denominada atualmente por vários economistas. Para a autora, a possibilidade do atual ministro da Fazenda permanecer no governo de Dilma a partir de janeiro de 2011, tem assustado investidores e economistas devido a sua posição sobre a queda do setor industrial e a política cambial; concluindo que controlar a guerra cambial será um dos principais desafios do novo governo.

Ainda são contraditórios os sinais de como será efetivamente a política cambial de Dilma Rousseff. Em entrevista ao jornal Nacional ontem, ela reafirmou o compromisso com o cambio flutuante. [...] Dilma deu sinais de que está atenta à guerra cambial. A presidente eleita afirmou que vai discutir o tema com outros países nos fóruns multilaterais, que o Brasil vai utilizar todas as armas para impedir o “dumping” (venda no mercado brasileiro abaixo do preço de custo no país exportador), e que o ajuste dos países desenvolvidos não pode ser feito com base em desvalorizações competitivas. (LANDIM, 2010, grifo do autor)

Segundo a matéria especial do G1.com “Entenda a Guerra Cambial” o Brasil já teria elevado a alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) para investimentos estrangeiro na renda fixa de 2% para 6%, e elevou a capacidade para comprar dólares e enxugar o excesso da moeda na tentativa de amenizar a situação cambial e tentar reduzir os efeitos da desindustrialização.

Para Paulo Skaf (2010), presidente da Fiesp, a posição tomada pelo governo na tentativa de conter a desvalorização do dólar são insuficientes. Além do aumento do IOF, o governo deveria incentivar as exportações devolvendo o imposto pago pelas empresas que estão enviando seus produtos para fora do país; na forma de compensação rápida, já que atualmente esse processo demora muito a acontecer.

## 14 CONCLUSÃO

O Presente trabalho busca compreender a questão sobre a desindustrialização e seu impacto na economia brasileira, assunto que ainda causa incertezas devido ao fato de não existirem estudos que comprovem tal fenômeno econômico. O tema desindustrialização vem sendo apresentado em diversos artigos e reportagens escritos atualmente e trata-se, em uma explicação simples, da diminuição das exportações por parte das indústrias brasileiras e conseqüentemente o aumento das importações de produtos manufaturados, fazendo com que aumente a geração de emprego em outros países fornecedores de tais produtos e, por sua vez diminuindo a produção industrial no país.

Com o objetivo de analisar aspectos e características sobre a desindustrialização foram pesquisados acontecimentos que poderiam demonstrar se há evidências ou não no Brasil para tal fenômeno econômico, tais como a Doença Holandesa e a Reprimarização, entre outros. Para alguns analistas, o Brasil não está passando pelos processos típicos da doença holandesa, uma vez que o país conta com uma ampla variedade de produtos, analisando inclusive as estatísticas do segmento agropecuário. Já a reprimarização, é um processo mais aceito pelos analistas em relação há ocorrência no país, isso no setor de agronegócios, pois ainda são observados alguns investimentos no setor industrial, mesmo que esses sejam mínimos comparados com os países mais desenvolvidos, principalmente em investimentos tecnológicos e incentivos.

A pesquisa realizada constata que embora o próprio governo assuma que existem indícios de desindustrialização no Brasil, alguns especialistas entram em desacordo em relação à questão principal, pois eles acreditam que as indústrias brasileiras contam com total competência e tecnologia para competir com grandes países exportadores. Porém, são unânimes as opiniões no que se referem aos impostos abusivos e excessivos, e a falta de incentivos por parte do governo e investidores, o que implica em uma disputa desleal quando comparados os produtos nacionais x produtos importados.

No entanto, os especialistas que acreditam que o país não está se desindustrializando, fazem suas afirmações baseadas no valor do PIB (Produto

Interno Bruto), uma vez que seus índices se mantêm ou apresentam crescimentos até mesmo históricos em alguns setores analisados. Mas, vale lembrar que se desmembrarmos o PIB, pode-se entender que grande parte dos produtos exportados são compostos por produtos primários e commodities, ou seja, estamos exportando matéria-prima e importando o produto acabado, ou ainda os índices podem nos mostrar que estamos prestando mais serviços do que produzindo, assim como funciona na indústria automobilística.

Mesmo após diversas pesquisas e análises apresentadas neste trabalho sobre o assunto, não é possível afirmar que há desindustrialização no Brasil, o que se pode afirmar e comprovar é que o fenômeno está presente em determinados segmentos da indústria nacional, porém afirmar que a economia brasileira sofre com esse processo não seria correto, uma vez que as análises aqui levantadas mostram que ainda há diferenciação de determinados segmentos em comparação com outros. A possível conclusão em análise ao conteúdo total deste trabalho é de que mesmo sendo prematura uma afirmação de desindustrialização no Brasil, o impacto que a economia nacional vem sofrendo se deve a concorrência desleal perante aos grandes exportadores industriais, estando essa concorrência relacionada a maior e mais eficaz tecnologia, custos e/ou incentivos.

O tema ao qual este trabalho aborda ainda tem muito a ser explorado, discutido e analisado, servindo de sugestão a trabalhos futuros, uma vez que qualquer intervenção do governo como questões tributárias e cambiais poderiam mudar a participação do Brasil no comércio internacional, causando conseqüências tanto positivas como negativas em toda sociedade, por interferir diretamente na qualidade de vida das pessoas, como distribuição de renda e taxas de empregabilidade, alterando qualquer dado apresentado no decorrer dos capítulos anteriores.

## REFEFÊNCIAS

AGÊNCIA brasileira de desenvolvimento industrial. *Especialistas se dividem sobre ameaça à indústria*. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/?q=node/2801>>. Acesso em 12 set. 2010.

A globalização. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2006/08/29/001.htm>>. Acesso em 27 set. 2010.

ANÉSE, Luis R. *Globalização e regionalização*. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/eed/edicoes\\_artigos/edicao\\_12/n12\\_07.pdf](http://w3.ufsm.br/eed/edicoes_artigos/edicao_12/n12_07.pdf)>. Acesso em 27 set. 2010.

APEXBRASIL. *Setores*. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/>>. Acesso em 18 set. 2010.

ARAÚJO JR, Arlindo Matos. *Indústrias espalhadas pelo mundo*. Disponível em: <<http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/arlindojunior/geografia013.asp>>. Acesso em 5 set. 2010.

ASSOCIAÇÃO brasileira de indústria eletro e eletrônica. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/noticias/com45.htm>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

BANCO Mundial. *Desenvolvimento mundial*. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21923055~menuPK:3817224~pagePK:2865066~piPK:2865079~theSitePK:3817167,00.html>>. Acesso em 15 nov. 2010.

BALTHAZAR, Ricardo. *O Brasil continuará a sofrer com barreiras*. Folha de São Paulo, primeiro caderno, p. 9, 1 nov. 2010.

TRANSNACIONAIS novas enfrentam protecionismo. Folha de São Paulo, caderno mercado, p. 2, 23 out. 2010.

BARROS, Guilherme. *Não há desindustrialização no Brasil, diz FGV*. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/guilhermebarros/2010/08/25/nao-ha-desindustrializacao-no-brasil-diz-fgv/>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BNDES. *A Empresa*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/A\\_Empresa/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/)>. Acesso em 18 set. 2010.

BONELI, Régis. *A reprimarização da economia brasileira*. Disponível em: <[http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=&task=detalhe&id=35121](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=&task=detalhe&id=35121)>. Acesso em: 31 out. 2010.

BONELLI, R. *Industrialização e Desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil*. Disponível em:  
<[http://www.ecostrat.net/files/IND\\_E\\_DESEN.pdf](http://www.ecostrat.net/files/IND_E_DESEN.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2010. (2005).

BONELLI, R. *Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência*. Disponível em:  
<<http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C823328345192012888BA30FC225D>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Revista da Indústria*. Disponível em:  
<<http://www.hkl.com.br/fiesp/>>. Acesso em 9 nov. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C; Marconi, N. (2008). *Existe doença holandesa no Brasil?*. Disponível em:  
<[http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2010/2010.Existe\\_doenca\\_holandesa\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2010/2010.Existe_doenca_holandesa_no_Brasil.pdf)>. Acesso em 28 out. 2010.

CATELLI JR, Roberto. *Do café a indústria*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DANTAS, Tiago. *Protecionismo*. Disponível em:  
<<http://www.brasilecola.com/economia/protecionismo.htm>>. Acesso em 27 set. 2010.

DAVIS, Frank Stephen. *Terceirização e multifuncionalidade*. 2ª ed. São Paulo: STS, 1992.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr. 2009.

DIAS, Vivianne V. *Liberalização comercial, emprego e redução da pobreza: resultados indiretos e questionados*. Disponível em:  
<<http://ictsd.org/i/news/pontes/25904/>>. Acesso em 10 out. 2010.

DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego*. Disponível em:  
<<http://www.dieese.org.br/ped/sp/pedrmsp0810.pdf>>. Acesso em 28 set. 2010.

FEIJÓ, C. A; Carvalho, P. G; Almeida, J. S. G. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?*. Disponível em:  
<[http://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20051129\\_desindustrializacao.pdf](http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf)>. Acesso em 3 set. 2010.

FERRARI, Levi. *Neoliberalismo e comunicação social*. Disponível em:  
<<http://levi.ipso.org.br/1996/07/09/188/>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

FLORENCIO, Sérgio A. L; ARAÚJO, Ernesto H. F. *MERCOSUL hoje*. São Paulo: Alfa Omega, 1995.

FONTANELLA, Denise; TAVARES Eveline; LEIRIA Jerônimo S. *O lado (dês)humano da Terceirização: o impacto da Terceirização nas empresas, nas pessoas e como administrá-lo.* 2ª ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1995.

FREITAS JR, RODRIGUES, Antônio. *Direito do Trabalho na era do desemprego.* São Paulo, LTr, 1999.

FRIAS, Maria C. *FHC diz não endossar mais PSDB que não defenda sua história.* Folha de São Paulo, caderno especial, p. 7, 2 de Nov. 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 14. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GAZETA DO POVO. *Medidas para segurar desvalorização do dólar são insuficientes, diz presidente da FIESP.* Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=1057315&tit=Medidas-para-segurar-desvalorizacao-do-dolar-sao-insuficientes-diz-presidente-da-Fiesp>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

G1. *Entenda a chamada “guerra cambial”.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/11/entenda-chamada-guerra-cambial.html>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

GODOY, Dagoberto Lima. *Globalização e trabalho: por quê e o quê flexibilizar.* Disponível em: <[http://white.oit.org.pe/dial2002/documentos/globalizacao\\_trabalho\\_flexibilizar.pdf](http://white.oit.org.pe/dial2002/documentos/globalizacao_trabalho_flexibilizar.pdf)>. Acesso em 10 out. 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. *Reprimarização faz economia brasileira retroceder.* Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3405&secao=338](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3405&secao=338)>. Acesso em 31 out. 2010.

GREMAUD, Amaury P; Vasconcellos, M. A. S. de; TONETO, R. J. *Economia brasileira contemporânea.* São Paulo: Atlas, 1999.

GREMAUD, Amaury P. [et al.]. *Introdução à econômica.* São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, Ligia. *Indústria perde competitividade e rombo na balança do setor cresce.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/11/industria-perde-competitividade-e-rombo-na-balanca-do-setor-cresce.html>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

INSTITUTO brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br\\_201009\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br_201009_publ_completa.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

INSTITUTO de estudos para o desenvolvimento industrial. *Desafios das indústrias*. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/desafios.pdf](http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/desafios.pdf)>. Acesso em 23 ago. 2010.

INVESTMAIS. *Crescimento certo em 2010*. Disponível em: <<http://www.revistainvestmais.com.br/trends/126-Crescimento+certo+em+2010.html>>. Acesso em 11 set. 2010.

JOSÉ Luis Oreiro. *Estudo do IEDI mostra desindustrialização da economia brasileira nos últimos 30 anos (carta IEDI n.403, fevereiro de 2010)*. Disponível em: <<http://jlcureiro.wordpress.com/2010/02/21/estudo-do-iedi-mostra-desindustrializacao-da-economia-brasileira-nos-ultimos-30-anos-carta-iedi-n-403-fevereiro-de-2010/>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

JOSÉ Luis Oreiro. *Serra, autonomia do BC e desindustrialização*. Disponível em: <<http://jlcureiro.wordpress.com/2010/06/22/serra-autonomia-do-bc-e-desindustrializacao/>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

LAMOSO, Lisandra, P. *Comércio exterior brasileiro: a tese da reprimarização da pauta exportadora e suas repercussões para Mato Grosso do Sul*. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2477>>. Acesso em 28 out. 2010.

LANDIM, Raquel. *A política cambial de Dilma*. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/sala-ao-lado/2010/11/02/a-politica-cambial-de-dilma/>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

LEOPOLDO, Ricardo. *Brasil está longe do risco da doença holandesa, avaliam economistas*. Disponível em: <[http://economia.estadao.com.br/noticias/not\\_35113.htm](http://economia.estadao.com.br/noticias/not_35113.htm)>. Acesso em 27 out. 2010.

LORENZO, Francine de. *Não há desindustrialização no Brasil, garante Mantega*. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/desindustrializacao/31700/314524/nao-ha-desindustrializacao-no-brasil-garante-mantega>>. Acesso em: 15 set. 2010.

LOURES, R. R; OREIRO, J. L; PASSOS, C. A. K. *Desindustrialização: a crônica da servidão consentida*. Disponível em: <<http://jlcureiro.wordpress.com/2009/06/14/desindustrializacao-a-cronica-da-servidao-consentida/>>. Acesso em 4 set. 2010.

MARCON, Gilberto Brandão. *A histórica migração do campo para cidades do Brasil do século XX*. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-historica-migracao-do-campo-para-cidades-do-brasil-do-seculo-xx/33639/>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MARQUETTI, A. *Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955 - 1998*. Disponível em: <<http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/452/163>>. Acesso em 11 set. 2010.

MELLONI, Eugênio. *Balança descompensada*. Disponível em: <<http://www.hkl.com.br/fiesp/>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

MINISTÉRIO do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (MIDIC). *Análise do desempenho mensal – Dezembro 2001*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1284&refr=1161>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

MINISTÉRIO do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (MIDIC). *Análise do desempenho mensal – Setembro 2010*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2947&refr=1161>>. Acesso em 20 nov. 2010.

NAKANO, Yoshiaki. *Revisa da indústria*. Disponível em: <<http://www.hkl.com.br/fiesp/>>. Acesso em 10 nov. 2010.

NASSIF, A. Há *evidências de desindustrialização no Brasil?*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

PEREIRA, L. C. B. *Desindustrialização e doença holandesa*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2307>>. Acesso em: 30 out. 2010.

PEREIRA, L. C. B. *Doença holandesa e Desindustrialização*. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca\\_holandesa\\_e\\_desindustrializacao.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf)>. Acesso em 30 out. 2010.

PLANO BRASIL, *O que falta para o Brasil se tornar um país desenvolvido?*. Disponível em: <<http://planobrasil.com/2010/09/29/o-que-falta-para-o-brasil-se-tornar-um-pais-desenvolvido/>>. Acesso em 5 nov. 2010.

POCETI, Eduardo. *A doença holandesa ameaça o Brasil*. Disponível em: <[http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-doenca-holandesa-ameaca-o-brasil\\_90616.html](http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-doenca-holandesa-ameaca-o-brasil_90616.html)>. Acesso em: 27 out. 2010.

POCETI, Eduardo. *A doença holandesa ameaça o Brasil*. Disponível em: <[http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-doenca-holandesa-ameaca-o-brasil\\_90616.html](http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-doenca-holandesa-ameaca-o-brasil_90616.html)>. Acesso em: 27 out. 2010.

RIZZATO, Luiz A. N. *Manual de introdução ao estudo de direito*. São Paulo: Saraiva, 2001.

QUEIROZ, Carlos A. R. S. de. *Manual de Terceirização*. 8ª ed. São Paulo: STS, 1996.

REVISTA da indústria. Disponível em: <<http://www.hkl.com.br/fiesp/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

RICUPIERO, Rubens. *Vivemos uma desindustrialização precoce*. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=896&secao=218](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=896&secao=218)>. Acesso em 2 set. 2010.

RODAVIVA. Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/1209>>. Acesso em 15 jul. 2010.

RODRIGUES, Azelma. *Mesquita critica protecionismo comercial e financeiro*. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI66240-16357,00-MESQUITA+CRITICA+PROTECIONISMO+COMERCIAL+E+FINANCEIRO.html>>. Acesso em: 27 set. 2010.

ROWTHORN, R; Ramaswany, R. *Growth, trade and deindustrialization*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/pdf/rowthorn.pdf>>. Acesso em 28 out. 2010.

SEAC. *Entrevista com Lívio Giosa*. Disponível em: <<http://www.seac-sp.com.br/giosa.htm>>. Acesso em 5 nov. 2010.

SILVA, Ciro P. da. *A terceirização responsável: Modernidade e modismo*. São Paulo: LTr. 1997.

SOARES, N. F; TOMÁS, C. *As crianças como prisioneiras do seu tempo-espaço. Do reflexo da infância à reflexão sobre as crianças em contexto global*. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/tomas.pdf>>. Acesso em 5 out. 2010.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

STRECK, L.L. *Verdade e consenso*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

THIRWALL, A. *The Nature of Economic Growth*. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/eee/deveco/v71y2003i2p628-630.html>>. Acesso em 3 set. 2010.

TREGENNA, F. *Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally*. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/oup/cambje/v33y2009i3p433-466.html>>. Acesso em 10 set. 2010.

VASCONCELLOS, Marco A; GARCIA, Manuel E. *Fundamentos da Economia*. São Paulo: SARAIVA, 2004.

VEJA. *Acervo digital*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 29 out. 2010.

## **GLOSSÁRIO**

**International Centre For Trade and Sustainable Development = Centro internacional para comércio e desenvolvimento sustentável**

**cæteris paribus = Tudo o mais permanece constante**

**Open market = Mercado aberto**

**Dutch disease = Doença holandesa**